INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL ICPC – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

**O FUTURO DE UMA ILUSÃO DE SIGMUND FREUD EM
FACE DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA**

CURITIBA

2008

WILLIAN BENINI

**O FUTURO DE UMA ILUSÃO DE SIGMUND FREUD EM
FACE DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direito Penal e Criminologia (ICPC – UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de pós-graduação em Direito Penal e Criminologia. Instituto de Criminologia e Política Criminal -- Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor **Juarez Cirino dos Santos.**

CURITIBA

2008

A minha esposa Marinês e minha filha
Nathália, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao professor Doutor Juarez Cirino dos Santos, que em muito engrandece a atividade acadêmica de nosso país e enriquece nosso conhecimento junto do compromisso à Democracia.

“conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. João 8-32.”

(Jesus Cristo)

RESUMO

O presente trabalho, em face de extensão e complexidade da matéria em estudo, visa analisar o trabalho de Sigmund Freud: O Futuro de uma Ilusão, o mal-estar na Civilização; cujo enfrenta à realidade das relações sociais frente os instintos humanos, segundo entendimento psicanalítico. Tal análise é voltada para a criminologia crítica, que em certo momento se funde diante da realidade. Para tanto, buscamos perceber o Poder institucionalizado, e como se difunde contrária, é claro, da gênese humana – sua constante busca de prazer pela satisfação instintual –. Entretanto, a análise, também, se volta à privação destes mesmos instintos pela manifestação do Poder dominante. Desta forma, toda privação necessita ser economicamente compensada. Mas, a ideologia da privação – sustentada pelo poder da classe dominante – prospera à satisfação narcísica dos indivíduos formando uma *cultura defeituosa* ora vigente, pois tende, com as armas que possui – tecnologia da informação – proporcionar aos “culturalizados” da classe oprimida *vantagens mentais aparentes*, sem o vínculo compensatório econômico, a fim de garantir o objeto oculto: distribuição de riquezas aos detentores do capital. Constroem-se superestruturas institucionalizadas com o propósito de enaltecer a ideologia narcísica, que busca ferozmente marginalizar aqueles que não internalizam seu propósito. Diante deste contexto, a

Criminologia Crítica, especialmente a Criminologia Radical, representada por Juarez Cirino dos Santos, vê este problema generalizado, e o enfrenta, ainda que em outras palavras, mas no mesmo espírito e sentido do presente trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 A PRIVAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS INSTINTOS HUMANOS.....	04
2 A IDEOLOGIA DA PRIVAÇÃO.....	09
2. 1 IDEOLOGIA NARCÍSICA.....	13
2. 2 A IMAGEM DOS CRIMINOSOS NO IDEAL NARCÍSICO.....	21
3 O MECANISMO OPERACIONAL CONTRATUAL IDEALIZADO.....	29
3. 1 O DIREITO PENAL.....	34
3. 2 A DISCIPLINA INSTITUCIONALIZADA.....	42
3. 3 O PAPEL DOS JUÍZES.....	45
4 O PAPEL DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA – NOVAS PERSPECTIVAS.....	50
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

A teoria não pode estar desacompanhada da prática – do *fato* humano – sob pena de limitar-se-á a problematizações improficuas e sem qualquer alcance da realidade. Da mesma forma, a prática não tem vitalidade sem fundamentação teórica.

Assim, através do processo civilizatório é possível observar que a constante evolução tende ao aprimoramento da espécie humana, sem transformar sua essência à viabilidade de existência. Para tanto, o comportamento humano individual, como célula social, rege-se consoante ao impulso natural – instintos – em prol de satisfações em “busca do prazer”. Entretanto, as relações que os indivíduos exercem entre si, as relações que os indivíduos exercem com o Estado e vice-versa e as relações das pessoas com o meio ambiente vêm sofrendo a cada dia maior interferência do Poder, em todas suas facetas.

Neste sentido, a Democracia se faz necessária. Porém, sua prática deve ser condizente a gênese humana – as necessidades humanas. Não obstante, o Poder atual rege-se por interesses de grupos econômicos que exploram as riquezas existentes do meio ambiente existente. Contudo, tendente ao entendimento marxista, o presente trabalho busca, pela análise psicanalítica de Sigmund Freud: “*O Futuro de uma Ilusão, O mal-estar na Civilização*”, explicar como o ser humano priva-se de *instintos* poderosos em face de uma troca de cunho econômico, nas relações sociais existentes. O modo compensatório de toda privação corresponde, atualmente, aos *valores* ditados pela ideologia do Poder – que no presente trabalho denomina de “ideologia da privação” – e os mecanismos utilizados à perseverança de uma *cultura defeituosa* são legitimados pelas teorias contratualistas.

Todo o esforço, no processo dinâmico da civilização, em legitimar o *status quo* ideológico manifesta-se ao ritmo do modo de produção capitalista e, com efeito, se expande ao Poder, declarando através de seus poderosos mecanismos sua intenção voltada à distribuição de riquezas entre os detentores do capital.

Partindo desta premissa, faz-se necessário limitar a distribuição de riqueza, construindo-se, para tanto, formas elaboradas de compensação, sem o caráter econômico direto, aos colaboradores do modo de produção – a maioria pertencente à classe dominada.

Portanto, o presente trabalho pretende, ainda que sinteticamente, analisar a Teoria da Criminologia Crítica. Haja vista que um dos mais poderosos mecanismos de controle social, em prol da ideologia dominante, é o Direito Penal e todo o Sistema Penal vigente.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro procura mostrar a noção que Sigmund Freud possui sob o tema acerca da psicanálise. Este capítulo também trata dos termos utilizados pelo psicanalista, sem os quais a compreensão da privação da satisfação dos instintos humanos seria impossível. O segundo capítulo fala sobre a Ideologia da Privação propriamente dita, na qual citamos correntes funcionalistas deste ideal, e corrente contrárias a este – tendo como ícone o Doutor Juarez Cirino dos Santos em sua obra fascinante “*A Criminologia Radical*”. E, por fim, no mesmo capítulo, vimos à maneira como se difunde o ideal narcisista. Já o terceiro capítulo contém as formas institucionalizadas – como mecanismo operacional contratual idealizado – sendo que, para tanto, tomei como base alguns dos vastos mecanismos, entre eles: o Direito Penal, a Disciplina institucionalizada, o Poder judiciário dado pelo papel dos juízes. Assim, para justificar o trabalho deste terceiro capítulo, emprestamos os ensinamentos de Claus Roxim, novamente o douto saber de Juarez Cirino dos

Santos, Miguel Reale e Amilton Bueno de Carvalho. No último capítulo faço um breve relato a respeito da Criminologia Crítica como uma nova perspectiva ao avanço da civilização, assunto este que pretendo levantar como bandeira e estudar cada dia mais.

1 A PRIVAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS INSTINTOS HUMANOS

Antes de qualquer mal-estar, cabe demonstrar, em sentido amplo, que as relações sociais tendem à “civilização” e, inicialmente, diante da psicanálise num contexto geral compreende a evolução do ser humano durante sua existência na natureza.

Sigmund Freud retrata a civilização humana como expressão dinâmica e elevação da condição humana perante a natureza – sua dominação – e notável diferença perante outros animais.¹ Nesta concepção, apresenta a “civilização” sob dois aspectos:

Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição de riqueza disponível.²

Uma das características da “civilização” é a distribuição de riqueza disponível, e tal não se torna independente das demais características, incluído todos os regulamentos de ajuste das relações humanas. No entanto, o autor, descreve que as relações mútuas dos homens “são profundamente influenciadas pela quantidade de satisfação instintual que a riqueza existente torna possível.”³ Assim, é plenamente justificável à busca da riqueza no ambiente, e além do mais, o homem por si só pode funcionar como riqueza em relação a outro homem, seja como objeto sexual ou pela utilidade no trabalho conforme sua aptidão para tal. A riqueza movimenta o homem em suas relações com o outro, trazendo satisfação total ou parcial dos instintos, regrada de certo modo, pois todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora esta constitua um processo objetivado pela cultura que se impõe, de interesse humano

¹ FREUD, Sigmund, 1856-1939, **O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**, edição *standard* brasileira, IMAGO, Rio de Janeiro, 1996, p. 15.

² *ibid.*, p. 16.

³ *ibid.*, p.16.

universal.

Para adaptação do homem na corrente “civilização” é necessária a abstenção dos instintos individuais em prol da viabilidade daquela, mas confiante em sua finalidade que visa não apenas em efetuar certa distribuição de riqueza, e sim manter uma estrutura de distribuição. Sendo que a mesma, com o mesmo intuito, tem de proteger todos os que dela fazem parte contra instintos não personificados aos objetivos propostos.

Esclarecendo, “em benefício de uma terminologia uniforme, descrevemos ‘frustração’ o fato de um instinto não poder ser satisfeito, como ‘proibição’ o regulamento pelo qual essa frustração é estabelecida, e como ‘privação’ a condição produzida pela proibição”.¹

As mutações do objetivo da “civilização” vista pela dominação da minoria através dos meios de poder e coerção são definidas pela cultura existente.

Fica-se assim com a impressão de que a civilização é algo que foi imposto a uma maioria resistente por uma minoria que compreendeu como obter a posse dos meios de poder e coerção. Evidentemente, é natural supor que essas dificuldades não são inerentes à natureza da própria civilização, mas determinadas pelas imperfeições das formas culturais que até agora se desenvolveram. E, de fato, não é difícil assinalar esses defeitos. Embora a humanidade tenha efetuado avanços contínuos em seu controle sobre a natureza, podendo esperar efetuar outros maiores, não é possível estabelecer com certeza que um progresso semelhante tenha sido feito no trato dos assuntos humanos; e provavelmente em todos os períodos, tal como hoje novamente, muitas pessoas se perguntaram se vale realmente a pena defender a pouca civilização que foi assim adquirida.²

Cabe analisar que os vícios impregnados na civilização, a manifestação dos instintos individuais da minoria – a *busca do prazer* revelado pela dominação do homem pelo homem e sua satisfação sexual – impondo-as para a maioria, através de instrumentos predominantemente coercitivos, são características de *culturas defeituosas* de povos em algum momento histórico específico e em determinada região territorial.

Da mesma forma, tal “cultura” pré-estabelecida conflita-se com a repressão dos

¹ FREUD, op. cit., p. 20.

² *ibid.*, p. 17.

instintos individuais, de sorte que, imperturbados pela discórdia interna, obstante não haver aquisição de riqueza adequada advinda da principal e esperada instituição distributiva de riqueza – o Estado. Assim, a mídia capitalista, atualmente, escarnece os instintos individuais da maioria empobrecida, e cumpre o seu papel instigador de conflitos internos.

Cumprir avaliar, perante a psicanálise, que a *cultura*, desta forma, caminha na via inversa da “civilização”. Por certo, é necessária a devida compensação aos que renunciam os instintos individuais.

Esse fato psicológico tem importância decisiva para nosso julgamento da civilização humana. Onde, a princípio, poderíamos pensar que sua essência reside no controle da natureza para o fim de adquirir riqueza, e os perigos que ameaçam poderiam ser eliminados por meio de uma distribuição apropriada dessa riqueza entre os homens. Parece agora que a ênfase se deslocou do material para o mental. A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos sacrifícios instintuais impostos aos homens, reconciliá-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação.¹

Como exemplo da formação *cultural defeituosa*, uma das mais eficazes manifestações da minoria está no discurso da Mídia capitalista que vêm a tornar possível à *cultura defeituosa*, expressando-se ilimitadamente, através da tecnologia existente², a uma enorme avalanche de informações na qual estão contidas inúmeras riquezas possíveis, mas indisponíveis à grande maioria dos homens. Cumpre, assim, ampliar o rol de objetos materiais e espirituais à satisfação individual, pois sua meta é internalizar o desejo, instigar os instintos individuais já acomodados devido à falta do *quantum* viável à aquisição dos mesmos. Visto, porém, que não proporciona a felicidade imediata, ora, funciona como manipulador das intenções de consumo. A influência dita regras de conduta – controle social, tornado-se paradoxal à unidade das intenções, e, por conseguinte conflituosa ao processo civilizatório, pois, parece que a mesma tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto. No

¹ FREUD, op. cit., p. 17.

² Destaca-se aqui principalmente à comunicação televisiva.

entanto, a viabilidade desta *cultura defeituosa* é impossível passar sem o controle da massa pela minoria – detentora do poder e da mídia capitalista – quanto dispensar a coerção no trabalho da civilização, “já que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes; não têm amor à renúncia instintual e não podem ser convencidas pelo argumento de sua inevitabilidade: os indivíduos que as compõe apóiam-se uns aos outros em dar rédea livre a sua indisciplina”¹. A saída, portanto, é a escolha de modelos que servem como exemplo e a quem reconheçam como líderes, assim, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias de que a existência depende; mantidos, é claro, através de certo grau de coerção.

A tarefa do discurso oficial parece uma missão impossível a ser realizada se desprezarmos “o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos.”² Além disso, o momento deste processo fatídico da civilização, sob o pano de fundo da *pseudo*-democracia, não ataca o problema e denomina o momento atual da sociedade como “sociedade de risco”³ que argumenta, sob o discurso funcionalista, que tal é a forma sistemática de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização, como causa predominante, que por si só parece insuficiente. O *risco*, em si, parece escasso de fundamentação pela doutrina que lhe denomina, na origem, desta forma, é a manifestação clara das conseqüências da satisfação dos instintos da classe detentora do capital, devendo ser suportada pela classe oprimida na privação dos instintos dos desprovidos desta condição – *riscos não permitidos*. Entretanto, pondero denominar como *cultura defeituosa* pela *frustração dos instintos* que parece ser intrínseca à coerção dos insurgentes. Atualmente, dominante no campo da Criminologia oficial que argumenta ser o Direito Penal o instrumento de opressão dos insurgentes, reivindicantes da misera parcela que lhes pertence. A econômica compensação,

¹ FREUD, op. cit., p. 17.

² *ibid.*, p. 104.

³ BECK, Ulrich, **Risk Societ: towards a new modernity**. London, Sage, 1993, p.21.

reivindicada nos relacionamentos entre os seres humanos, e é oriunda da análise de Sigmund Freud.

Como já sabemos, é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar. Também ela fará exigências severas a nossa obra científica, e muito teremos a explicar aqui. Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto. Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso. Mas, se quisermos saber qual o valor que pode ser atribuído à nossa opinião de que o desenvolvimento da civilização constitui um processo especial, comparável à maturação normal do indivíduo, temos, claramente, de atacar o problema.¹

Resta, porém, enfatizar que os males que assolam o processo civilizatório estão intimamente ligados as privações da satisfação de instintos individuais poderosos, e para tanto a Criminologia conservadora atual constitui a *frustração cultural* sob o cansativo discurso oficial da *efetividade* do Direito Penal e Sistema Penal. Portanto, a maturação ou sublimação do indivíduo, como parte integrante deste processo, está incondicionalmente ligada à distribuição de riqueza, como forma de compensação econômica pela privação de satisfação dos instintos. Corroborando com a dádiva inerente do ser humano, desta forma, o homem é o único animal que se priva voluntariamente de seus instintos – diante da compensação, como ser biológico que é.

¹ FREUD, op. cit., p. 104.

2 A IDEOLOGIA DA PRIVAÇÃO

A correlação entre privação da satisfação dos instintos e sua compensação econômica adentra no campo econômico, no entanto, a distribuição de riqueza – como forma de compensação econômica – submete-se às regras políticas do poder atual. O fenômeno econômico, como expressão jurídica pode ser resumidamente expressada pela noção marxista de Marilena Chauí:

A divisão social do trabalho, ao separar os homens em proprietários e não proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos. Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e da dominação de uma classe por outra. Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: O Estado e a Ideologia.

Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. O grande instrumento do estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de Direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado. Ora, se o Estado e o Direito fossem percebidos nessa sua realidade real, isto é, como instrumento para o exercício consentido da violência, evidentemente ambos não seriam respeitados e os dominados se revoltariam. A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo que o legal apareça aos homens como legítimo, isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela idéia do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado. E substitui a realidade do Direito pela idéia do Direito – ou seja, a dominação de uma classe por meio das leis é substituída pela representação ou idéia dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos.¹

A quem diga que as regras políticas do *poder dominante* reducionam acerca da experiência jurídica e mutilam a natureza da sociedade e do Estado. Entretanto, não aceita explicação monista onde somente os fatos governam o mundo jurídico.² Todavia o mundo

¹ CHAUI, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. 30ª edição, Brasiliense: São Paulo, 1989. p. 91.

² REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 15ª edição, Saraiva: São Paulo, 1993. p. 435.

jurídico só existe onde haja seres humanos em qualquer situação, e somente existe para cada indivíduo, em particular, se este tiver condições – *maturação* - em internalizá-lo, como ser *culturalizado* apto a privar-se da satisfação dos instintos. Visto que, “os desejos instintuais que sob elas padecem, nascem de novo com cada criança”¹ Não há como negar a influência histórica que caracteriza a “experiência jurídica” a fim de legitimar o Direito de uma determinada nação. Mas, o Direito deve ser analisado em sua amplitude natural para justificar o *fato humano*.² Então, como avaliar a “experiência jurídica” em um estado de Guerra, no qual pessoas matam para não serem mortas, estupram as mulheres dos vencidos para satisfação sexual, canibalizam para não morrer de fome – exemplos de liberação dos instintos. Embora justifique que não há Direito no estado de exceção, mas, como querem punir os crimes de guerra nestas situações em que não há Direito? Portanto, a teoria da tridimensionalidade do Direito³ não pode se fundar em um *valor cultural* ao qual não é internalizada pela maioria oprimida, porque de *fato* sofrem pela dominação. Assim, o *valor cultural*, como fundamento do moralismo jurídico, advém da satisfação narcísica⁴ proporcionada pelo ideal *cultural defeituoso* da minoria dominante.

Na verdade, voltando à análise da psicanálise, a Ideologia pode ser aceita voluntariamente pelos membros da sociedade, tornando-se aparente, a culturalização dos oprimidos. Mas de que forma ocorre este processo? Que diríamos ser exclusivamente mental. Há, para tanto, um grande esforço do Poder estabelecido em fortalecer o *superego* de cada indivíduo. Tal manobra constitui *vantagem cultural*, ao qual é muito preciosa no campo psicológico. Sendo que aqueles – privados de certa forma dos instintos – são transformados de

¹ FREUD, op. cit., p. 20.

² Objeto de estudo das ciências do ‘ser’ – sociologia, antropologia, psiquiatria.

³ REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5ª edição, Saraiva: São Paulo, 1994. p. 108-109. Miguel Reale, afirma que Fato, Valor e Norma são elementos constitutivos do Direito, e cada um separadamente exerce uma concepção unilateral nos planos da eficácia, fundamento e vigência, congruentes à seqüência consecutiva daqueles.

⁴ Sobre a ‘satisfação narcísica’ vamos nos ater em um subitem específico.

opositores em veículos voluntários, e não espontâneos, da *cultura defeituosa*.

Desta forma, a vantagem cultural ou *vantagens mentais* podem ser descritas como *recompensas* pelo árduo sacrifício. Entretanto, estas podem ter uma falsa percepção no mundo real. São proporcionais às causas de grades privações e proibições. Como exemplo: a vantagem mental da *Paz Pública* ou *Segurança Pública* pode realmente ser comprometida quando não houver efetividade no campo econômico – isto é, a compensação pelas privações da satisfação dos instintos – às classes oprimidas.

Contudo, a Ideologia da dominação, aqui crê, não impede a revolta daqueles que não internalizaram a vantagem mental – pois consideram insuficiente a quota mínima que lhe foram repassados. Atendendo está análise argumenta Sigmund Freud:

Se nos voltarmos para as restrições que só aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se libertarem de seu próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas. Se, porém, uma cultura não foi além do ponto em que a satisfação de uma parte e de seus participantes depende da opressão da outra parte, parte esta talvez maior – e este é o caso em todas as culturas atuais-, é compreensível que as pessoas assim oprimidas desenvolvam uma intensa hostilidade para com uma cultura cuja existência elas tornam possível pelo seu trabalho, mas cuja riqueza não possuem mais do que a quota mínima. Em tais condições, não é de esperar uma internalização das proibições culturais entre as pessoas oprimidas. Pelo contrário, elas não estão preparadas para reconhecer essas proibições, têm a intenção de destruir a própria cultura e, se possível, até mesmo aniquilar os postulados em que se baseia. A hostilidade dessas classes para com civilização é tão evidente, que provocou a mais latente hostilidade dos estratos sociais mais passíveis de serem desprezados. Não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito um número tão grande de seus participantes e os impulsiona à revolta, não tem nem merece a perspectiva de uma existência duradoura.¹

Assim, uma forma evidente de revolta individual ou de grupos, características da sociedade atual, é realizada através de *condutas criminosas*, e, em sua maioria por *crimes*

¹ FREUD, op. cit., p. 21-22.

patrimoniais, do qual reflete a ausência de internalização das *proibições* impostas devido à insatisfação pela quota mínima distribuída ou, na maioria dos casos, à falta total desta distribuição. Neste último caso, o nível de ausência da internalização é maior, pois os instintos necessários para a viabilidade humana são frustrados, tendo-lhe os direitos fundamentais básicos de condição para existência de um indivíduo – como *v.g.* a satisfação da fome – constantemente privados. Evidente, aqui, analisar que a falta destes requisitos básicos à viabilidade do ser humano, *v.g.* saciar a fome, impede, por razões biológicas, a internalização de uma cultura, e, em conseqüência, à formação do superego do indivíduo, outrora debilitado. Conveniente destacar que são estes indivíduos que compõem a grande parcela da população carcerária, esquecida nas prisões ao qual nenhum processo de internalização cultural lhe é proporcionado, e, sim, constitui-se, novamente, outra fonte de violência institucionalizada ao desgraçado.

Juarez Cirino dos Santos apresenta incontestável contribuição literária sobre o tema criminológico, na obra fascinante *A Criminologia Radical*, em que faz referência às distorções ideológicas da *criminologia tradicional* ao qual se justifica ao molde do modelo capitalista, a análise é sobre as alternativas em aceitar¹ uma ideologia da classe dominante ao indivíduo *trabalhador*:

A distorção ideológica da criminologia correccionalista pode ser destacada no contexto das *alternativas do trabalhador* na sociedade capitalista, indicadas por Engels: ou conforma-se à brutalização, transformando-se num homem sem vontade, destruído pela rotina, a monotonia e a exaustão física e mental dos processos produtivos; ou aceitar a ideologia dominante, aderindo aos valores da competição para encontrar uma “saída pessoal”; ou furtar a propriedade do rico para satisfazer necessidades básicas, com os riscos da criminalização; ou, finalmente, fazer a revolução, incorporando-se à atividade política e à ação coletiva como alternativa para superar a opressão social e a exploração pessoal, restaurando a humanidade perdida e a esperança de liberdade real (Young, 1980, p. 94-94). Esse quadro real é encoberto pela “indignação moral” promovida pela ação oficial e os meios de comunicação de massa contra o criminoso convencional, o “bode expiatório” útil para *esconder* (e justificar) problemas sociais reais – ao contrário do criminoso de

¹ Aqui, ‘aceitar’ não significa ‘internalizar’ os ideais.

“colarinho branco”, protegido pelas instituições de privacidade da sociedade burguesa-, produzidos (como o próprio criminoso) pelas desigualdades intrínsecas do sistema de relações sociais (Young, 1980, p. 101).¹

Agora, até que ponto um indivíduo oprimido pode aceitar voluntariamente a ideologia das classes dominantes sem a reciprocidade da compensação econômica? Pois é evidente que nem todos os indivíduos oprimidos de seus instintos cometem *delitos*. Está questão repousa sobre o aspecto narcísico da ideologia. Trata-se de uma *vantagem mental aparente* diversa da internalização dos ideais. Exemplo disso são as clássicas indignações ao *status quo* sem que haja necessariamente uma conduta delitativa ou até mesmo um atuante movimento revolucionário. Com isso, voltamos à análise psicanalítica.

2. 1 IDEOLOGIA NARCÍSICA

De fato, na órbita da realidade, devemos considerar a presença de vários instintos humanos, que nos impulsiona a viver e adaptarmos no meio ambiente disponível. No entanto o *superego* é o inibidor individual de instintos que se sobrepõem à alteridade e, enfim, torna-se conveniente a adaptação ao convívio social. Considerando que a conveniência é adequada às convenções humanas e outras abstrações da cultura imposta.

Parece, entretanto, que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia ao instinto em troca de uma compensação substancial.

(...) tem de levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivos e, portanto anti-sociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientes fortes para determinar o

¹ SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª edição, ICPC lumen júris: Curitiba, 2006. p. 17.

comportamento delas na sociedade humana.¹

Assim, a Ideologia Narcísica mantém vivo o instinto destrutivo ao homem moderno, porque corresponde a uma *vantagem mental aparente* que é a satisfação que o ideal oferece a todos os participantes da *cultura*, como algo a ser levado avante. Manifesta o instinto primitivo de destruição de outro homem à prioridade de seu *ego*. Tal *vantagem mental* conduz o participante da cultura a um momento específico e oportuno a fonte do ideal. Segundo Sigmund Freud, a satisfação narcísica é voltada à noção da existência do outro homem não próximo a sua existência.

A satisfação narcísica proporcionada pelo ideal cultural encontra-se também entre as forças que alcançam êxito no combate à hostilidade para com a cultura dentro da unidade cultural. Essa satisfação pode ser partilhada não apenas pelas classes favorecidas, que desfrutam dos benefícios da cultura, mas também pelas oprimidas, já que o direito a desprezar povos estrangeiros as compensa pelas injustiças que sofrem dentro de sua própria unidade. Não há dúvida de que alguém pode ter sido um plebeu infeliz, atormentado por dívidas e pelo serviço militar, mas, em compensação, não deixava de ser um cidadão romano, com sua própria quota na tarefa de governar outras nações e ditar suas leis. Essa identificação das classes oprimidas com a classe que as domina e explora é, contudo, apenas uma parte de um mundo maior. Isso porque, por outro lado, as classes oprimidas podem estar emocionalmente ligadas a seus senhores; apesar de sua hostilidade para com eles, podem ver neles os seus ideais. A menos que tais relações de tipo fundamentalmente satisfatório subsistam, é impossível compreender como uma série de civilizações sobreviveu por tão longo tempo, malgrado a justificável hostilidade de grandes massas humanas.²

Parece, contudo, de fácil compreensão que os julgamentos antecipados, de pessoas suspeitas da prática de crimes, propostos pela mídia capitalista em programas sensacionalistas exaltam à satisfação narcísica da massa oprimida. Já que, a imputação de culpa ao “João ninguém”³ que é, num momento oportuno, o alívio de angústias internas - desprezo pelo estrangeiro – e faz criar uma percepção que consideramos *vantagem mental aparente*.

Não há, no entanto, um compromisso com a verdade real e com os princípios

¹ FREUD, op. cit., p. 17.

² *ibid.*, p. 23.

³ Indivíduo miserável que não dispõe de garantias constitucionais (Direito de todos os homens) tornando-se um desgraçado pela crueldade da cultura defeituosa.

constitucionais ao indivíduo violado. Aqui a ideologia cultural quer oferecer uma *satisfação* de instintos destrutivos aos participantes da *cultura*, seja eles da classe oprimida ou não, a mesma que os imperadores romanos ofereciam ao seu povo à custa de muitas vidas cristãs.

A noção do “desprezar povos estrangeiros”, citada por Freud, remete à satisfação em destruir, imobilizar, neutralizar, repudiar os *diferentes da cultura*, não necessariamente sejam eles estrangeiros de uma nação. Podem, sim, fazer parte do povo, mas que não internalizaram o ideal da dominação. Outrora, no auge do império romano, eram os cristãos. Na idade média eram os hereges, na Alemanha nazista os judeus, no ocidente em épocas de “guerra fria”¹ os comunistas. Atualmente são os *excluídos*, isto é, aqueles que não consomem os produtos oferecidos pelo mercado capitalista, aqueles que não trabalham pelo ideal cultural da dominação, aqueles que não atendem a *disciplina* da força de trabalho² – sua formação aos processos produtivos. Em conseqüência, tal *desprezo* estende-se ao criminoso proveniente da condição peculiar de “*excluídos*”.

Parece imperceptível, mas as pessoas, atualmente, estão sendo disciplinadas ao consumo, de tal forma, que se identificam às outras pessoas que consomem nas mesmas quantidades e qualidades. O processo psicológico representa no sentido de identificação aos iguais, sendo que o elo determinante são a qualidade e a quantidade dos produtos que consomem. A representação de identificação também é dirigida à classe oprimida, pois os produtos oferecidos, em muitas vezes, constituem “objetos de desejos” em comum. Entretanto, tal representação transforma-se em *vantagem mental*, enfatizada pelo ideal

¹ Instabilidade de “paz” entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no período pós 2ª guerra mundial início da década de 90 do século passado.

² “Na verdade, é a necessidade de *disciplina* da força de trabalho, sua formação e adequação aos processos produtivos, promovida pela especificidade do *panótico*, como dispositivo de disciplina e princípio da nova política do poder, que explica a evolução da prisão, de aparelho marginal ao sistema penal para posição de *instituição central* do controle social na sociedade capitalista. Os fundamentos materialistas da contribuição de Foucault, que apresenta a *disciplina* como ideologia do controle social, são desenvolvidos por Melossi (1979, p.90-99), Melossi & Pavarini (1977, p. 67-76), Lea (1979, p. 76-89) e outros teóricos radicais, com base nas necessidades de *organização* dos processos produtivos e de *controle e reprodução* da força de trabalho” (Cirino dos Santos, 2006, p. 77).

narcísico, infectando todos. Assim, homenageia-se constantemente o heróico trabalhador, como sujeito obediente, dando-lhe esperança de dias melhores à possível obtenção dos mesmos produtos consumidos pela seleta classe dominante. A condição, no entanto, para uma rara e possível obtenção dos mesmos produtos é a subserviência aos ditames do capital e aos sistemas disciplinares, muito embora a esperança de dias melhores em face da possibilidade de consumo, em sua grande maioria, como já dito, corresponde apenas uma das formas de *vantagem mental* proporcionada pelo ideal narcisista.

O homem, desta forma, transforma-se em um ser mutante, assessorado pelos produtos que o compõe. E, muitas vezes, identificado pelos seus produtos consumidos. Aos que ainda não possuem e aos que possivelmente nunca irão possuir os mesmos produtos, ficam com a mera *satisfação* da *vantagem mental* de, quem sabe, um dia ser possuidores dos produtos oferecidos a toda massa da população. Um exemplo desta *vantagem mental* se dá pelas “loterias públicas”.¹

A representação de identificação estabelece o ideal narcisista, consagrando o individualismo e *desprezando os estrangeiros* – aqueles que não consomem e não fazem parte da disciplina da força de trabalho em prol do consumo. Diante disso, o inimigo comum está na pessoa que se insurge ao modelo dominante, e a este cabe suportar os instintos destrutivos dos indivíduos *culturalizados*. Contudo, esta dinâmica funciona como mecanismo do poder dominante que criminaliza com veemência o miserável, sendo este o *diferente*, que ora busca recursos materiais através de trabalho fora da disciplina da força de trabalho em adequação aos processos produtivos, *v.g. tráfico ilícito de entorpecentes*, ou porque, também, busca recursos materiais através de *condutas delitivas patrimoniais*. E diante destes fatos há explicitação absoluta da não internalização da cultura dominante por parte do agente, mas não desinteressado a *satisfação* dos seus instintos de sobrevivência.

Cabe diferenciar, que o indivíduo quando se integra ao ideal narcísico não,

¹ Geridas por instituições financeiras estatais.

necessariamente, internaliza a *cultura* que lhe priva da satisfação dos instintos. Pois, em muitas vezes não possui condição pessoal à internalização.

Outros são os efeitos paradoxais do ideal narcísico que se dá pela insuficiência de punibilidade, regradas pelo ordenamento, aos crimes de “colarinho branco”, e em muitas situações à falta total da punibilidade na prática destes crimes. Trata-se de incidente *de privilégios* no processo lucrativo para obtenção do capital, ao qual só pode ser autor da conduta delitiva o burguês – representante da classe dominante. Tais condutas, atualmente, não são perquiridas rigorosamente pela massa integrada ao ideal narcísico, são freqüentemente toleradas, pois o senso destrutivo não pode se manifestar contra quem consome demasiadamente e/ou contra quem distribui de forma precária os produtos materiais e formais almejados à satisfação dos instintos. De regra, se fosse a rigor intoleradas, tornar-se-ia contrárias às *vantagens mentais* individuais aos que pretendem, um dia, ser usufrutuária da posse dos produtos oferecidos pelos meios de comunicação capitalista. A função punitiva, assim, visar-se-ia contra a vaidade advinda do poder despótico da classe dominante. Exemplo disto são, também, as condutas danosas que só não são efetivamente condutas tipificadas como *crimes* porque “crime é o que a lei, ou a justiça criminal, determina como crime, excluindo comportamentos não definidos legalmente como crimes, por mais danosos que sejam (o imperialismo, a exploração do trabalho, o racismo, o genocídio etc.)”¹.

Neste sentido, o ideal narcísico coliga-se a ideologia do controle social, analisada e criticada aqui por Juarez Cirino dos Santos, que intitula *a tecnologia do poder* – correspondendo em nosso trabalho como meios para estruturação do ideal narcísico – como condições matérias e ideológicas da sociedade capitalista.

Na formação do capitalismo, a criminalidade é reestruturada a nível de prática criminal, de definição legal e repressão penal, pela *posição de classe* do autor: a) as *massas populares*, especialmente *lumpens*, são submetidas a tribunais ordinários e castigos rigorosos; b) a *burguesia*, circulando nos espaços da lei, permeados de

¹ SANTOS, op. cit., p. 11.

silêncio, omissões e tolerância, move-se no mundo protegido da “ilegalidade dos direitos”, compostos de fraudes, evasões fiscais, comércio irregular etc. – na gênese histórica da futura criminalidade de “colarinho branco” –, com os privilégios de tribunais especiais, multas e transações que transformam essa criminalidade em investimento lucrativo. Segundo Foucault, o sistema penal é erigido para “gerir diferencialmente” a criminalidade conforme a origem social do autor, mas sem suprimi-la. A nova “tecnologia do poder” da sociedade capitalista desloca o direito de punir, da vingança do soberano para a “defesa social” – obviamente entendida como defesa das condições materiais e ideológica da sociedade capitalista –, com base na teoria do contrato social implica aceitação das normas sociais, e a violação dessas normas, a aceitação da punição (Foucault, 1977, p. 69-76).¹

Assim, quando argumenta que a criminalidade privilegiada é tolerada pela maioria dos *culturalizados*, o sistema penal é erigido para *gerir diferencialmente* a criminalidade conforme a origem social do autor. Transporta-se, de tal modo, para a ideologia narcísica de Freud, originária da minoria – classe dominante –, que cria o molde de vida aos internalizados com o advento de infinitos produtos a serem consumidos freqüentemente por todos os participantes da sociedade. Assim, mostra-se sua efetividade pela definição legal de *crime* dirigida diretamente aos miseráveis e as desnecessidades de punibilidade daqueles que mantêm o processo produtivo. Pois, assim, psicologicamente haveria uma *vantagem mental* reduzida se tais pessoas viessem a ser punidas com rigor.

Na vida cotidiana, todas as *vantagens mentais* num contexto coletivo constituem valor social da *cultura consumerista*. E todo valor implica em uma tomada de posição humana, levando a uma atitude positiva ou negativa que acarretará na noção de dever. Assim, sinteticamente, grande parte destas atitudes orienta o fenômeno jurídico repressor, e só existem porque o ideal preponderante se propõe a fins a serem alcançados, ou seja, quando esta considera algo valioso e congruente passa a orientar todos em sua direção, pois, tudo que é valioso ao ideal apresenta-se como “fim que determina o dever ser de nosso comportamento”.² Adentrando numa concepção que todo homem é o único ente que *é e dever*

¹ SANTOS, op. cit., p. 74-75.

² REALE, op. cit., p. 544.

ser coincidem, cujo *ser é o seu dever ser*. A essência deste pensamento permite analisar que o valor do ideal narcísico internaliza o indivíduo, de tal forma, que transcende em si e nos demais *culturalizados*, fazendo surgir, assim, uma aparente percepção de legitimidade do mesmo ideal. Para Antonio Paim, a essência deste pensamento resume-se na seguinte fórmula:

(...) o homem é o único ente que originalmente *é e deve ser*, no qual *ser e dever ser* coincidem, cujo *ser é o seu dever ser*, fórmula cujas implicações explicita do seguinte modo: “Se o *ser do homem é o seu dever ser*, é sinal que sente em sua finitude algo que o transcende, que o valor absoluto, que é a razão de *ser* de sua experiência estimativa; valor absoluto que ele não pode conhecer senão como procura, tentamen, renovadas atualizações no plano da história, mas sem o qual a história não seria senão uma dramaturgia de alternativas e de irremediáveis perplexidades. Assim sendo, o problema do valor correlaciona-se com a consciência que tem o homem de sua finitude; com o sentido de carência, próprio de todo *ser humano*, que o impele a transcender-se, numa faina histórica renovada, refletidas nas ‘intencionalidades objetivas’, que constituem o mundo da cultura”.¹

Assim, toda esta concepção supra descrita tende legitimar o ideal pelos valores correspondentes da finalidade narcísica em cada indivíduo, formando-se a *cultura defeituosa*. Partindo deste pressuposto, quando a criminalidade privilegiada é tolerada pela maioria da massa oprimida, e também pelo ideal da classe dominante, a experiência jurídica significa que o *fato* e o *valor* se compõem com a interferência do Poder, pois é “num condicionamento fático e axiológico que se processa a gênese da norma de Direito”.²

É a partir de um momento de tensão *fático-axiológico*, no qual o requisito *fático* é a soma de todas as manifestações humanas das *vantagens mentais* apresentadas pelo ideal

¹ PAIM, Antonio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 2ª edição, Editora da Universidade de São Paulo e Editorial Grijalbo LTDA: São Paulo, 1974. p. 425.

² REALE, op. cit., p. 555.

narcísico e o requisito *axiológico* é o próprio ideal narcísico internalizado, é que o Poder dá sua palavra final no processo, de modo a exercer a opção normativa a ser efetivamente concretizada – a criminalização dos miseráveis, excluídos do consumo – que é a opção normativa concreta. Neste sentido, a regra jurídica é efetiva.

(...) a regra jurídica, em verdade, representa o momento conclusivo de um processo espiritual de natureza dialética, no qual o fato passa pelo crivo ou pelo critério das estimativas do Poder e se consubstancia nos esquemas de fins que devem ser atingidos.¹

Parece, contudo, que as estimativas do Poder se confundem com o ideal da classe dominante – narcísico – de modo, também, a exercer a opção normativa que lhe é conveniente e por conseqüência o surgimento de modelos normativos inoperantes que, embora possuam realidade formal, não há eficácia nenhuma no contexto fático. Pois, assim, o Poder atende às exigências valorativas ou axiológico-jurídicas do ideal, tomando os *crimes privilegiados* ou de “colarinho branco” sem a rigorosidade dos crimes dirigidos à classe oprimida, e, em muitas vezes, sem o interesse de persecução do sistema penal vigente. Completa, neste sentido, Juarez Cirino dos Santos que “... o conceito de crime é determinado pelas contradições de classe no contexto das relações de produção capitalistas: a ideologia burguesa é institucionalizada nas formas jurídicas e políticas do Estado -- que reproduzem as relações sociais”.²

¹ REALE, op. cit., p. 555.

² SANTOS, op. cit., p. 52.

2.2 A IMAGEM DOS CRIMINOSOS NO IDEAL NARCÍSICO

O modelo atual de vida posiciona os indivíduos na esfera do poder e os produtos por eles adquiridos caracterizam e integram os mesmos como *ser*. Toda a intensificação somática impulsiona a uma tarefa econômica perseguida pelos componentes da sociedade, assim, movimenta-se o ideal narcísico. Por conseguinte, a satisfação dos instintos manifestada pelo êxito da classe dominante é a fonte do mesmo ideal.

Um dos traços pertinentes ao ideal narcísico, além do paradoxo descrito no subitem anterior, parecem ser a necessidade da *ordem* e a *limpeza* para uma sociedade, que constitui exigência importante da civilização.

A *ordem* corresponde à expressão do ideal, a opção normativa do Poder, sobre suas mais variadas formas: costumes, ordenamento jurídico, etc. Tudo em órbita do modo de produção existente caracterizado pela *cultura defeituosa*. No entanto, a *limpeza* corresponde nefastamente à manutenção do ideal narcísico e contribui à legitimação do *status quo*.

Aqui, particularmente parece difícil, qualquer indivíduo manter-se isento das exigências da *cultura* e perceber aquilo que é civilizado em geral, na tentativa de regular os relacionamentos sociais. Muito embora, o insurgente é aquele indivíduo que não internaliza o ideal imposto por não ser economicamente compensado pela absoluta ou parcial privação dos instintos, e é, em regra, o sujeito alcançado pela *limpeza* no sistema penal vigente. Contudo, o

criminoso, em geral, é visto de forma repugnante pelo ideal dominante, pois frustrou o dever de privar-se de seus instintos, assim, seria preferível vê-lo morto pela desgraça da fome do que à insurgência a fim de saciá-la.

O ideal narcísico globaliza as intenções e forma um *corpo orgânico*, em si, correspondente à sociedade fidedigna do mesmo ideal. Porém, tal *corpo social* é intimamente e psicologicamente semelhante ao *corpo orgânico* individual de cada membro da sociedade.

Portanto, o *corpo social* deriva-se empiricamente do funcionamento orgânico do ser humano, em seu estado valorativo e principalmente psicológico. Por essa razão, devemos analisar a sucumbência dos insurgentes diante destes aspectos.

Um fator social está também, inequivocamente, presente na tendência cultural para a limpeza, que recebeu, *ex post facto*, justificativa em considerações higiênicas, embora se tenha manifestado antes da descoberta destas. O incentivo à limpeza origina-se num impulso a livrar-se das excreções, que se tornaram desagradáveis à percepção dos sentidos. Sabemos que, no quarto das crianças, as coisas são diferentes. Os excrementos não lhe despertam repugnância. Parecem-lhes valiosos, como se fossem parte de seu próprio corpo, que dele se separou. A partir disso, a educação insiste com especial energia em apressar o curso do desenvolvimento que se segue e que tornará as excreções desvalorizadas, repugnantes, odiosas e abomináveis. Essa inversão de valores dificilmente seria possível, se as substâncias expelidas do corpo não fossem condenadas por seus intensos odores a partilhar do destino acometido aos estímulos olfativos depois que o homem adotou a postura ereta. O erotismo anal, portanto, sucumbe em primeiro lugar à 'repressão orgânica' que preparou o caminho para a civilização. A existência do fator social responsável pela transformação ulterior do erotismo anal é atestada pela circunstância de que, apesar de todos os progressos evolutivos do homem, ele dificilmente acha repulsivo o odor de *suas próprias* excreções. (...) Seria incompreensível, também, que o homem empregasse o nome de seu mais fiel amigo no mundo animal – o cão – como termo injurioso, se essa criatura não provocasse seu desprezo através de duas características: ser um animal cujo sentido dominante é o olfato e não ter horror dos excrementos nem se envergonhar de suas funções sexuais.¹

¹ FREUD, op. cit., p. 105-106.

Considerando o pensamento de Sigmund Freud, quando analisa a repugnância dos *excrementos* pelos seres humanos, com o intuito de *limpeza*. Parece-nos óbvio, organicamente – como funcionamento da sociedade –, restabelecer o mesmo significado para real função excretória do *corpo social*. Não parecem apenas analogias ou metáforas, pois os detentos do sistema prisional – aqui vistos como *criminosos patrimoniais* – são na *práxis* alguns dos excrementos do *corpo social* impostos pelo ideal narcísico. Esta idéia afasta qualquer tratamento resocializatório *pós-crime* dos insurgentes, pois considerados *excrementos*, são totalmente desvalorizados. Como consequência, as cadeias públicas tornam-se depósitos dos mesmos *excrementos*, no qual a tendência lógica é sua devida exposição perante o *corpo social* que lhe eliminou. Não há o engajamento em torná-los valiosos, *como se fossem parte de seu próprio corpo*, somente em casos especiais, como exemplo, na delação premiada - em que o delator é útil somente à finalidade do processo criminal.

Assim, perante uma análise psicanalítica, a *limpeza* não constitui fonte de prazer, em si, referente à satisfação dos instintos humanos. Mas, é a exigência do ideal dominante – através do processo de educação – como necessidade vital no processo civilizatório. Para tanto, a privação da satisfação dos instintos deve ser suportada pela classe oprimida, ao qual não participa do desfrute da compensação econômica, e todo e qualquer repúdio ao ideal, manifestada por condutas na forma de delito, em regra, patrimonial, é necessariamente contraposta pelo sistema penal idealizado. Assim, a *limpeza* – coerção, tem a inconfundível

função de estigmatizar o miserável, pois lhe considera um inimigo comum – tornando-se torto em seus traços de caráter – transformando-lhe em *excremento do corpo social*.

O *criminoso* assume, neste contexto, seu papel condizente à variante positivista do conceito burguês de crime¹ segundo Juarez Cirino dos Santos, pois a *limpeza* supra descrita torna-se necessária em prol de eliminar – como forma de neutralizar – o desequilibrado, o conflitante, o desorganizador da ordem social impostas pelo ideal da classe dominante. Faz-se necessário uma análise sobre este aspecto:

As variantes positivistas do conceito burguês de crime, sob as definições legal, sociológica, ética etc., da criminologia tradicional, pressupõem o mesmo esquema funcional da ordem social: estados “naturais” ou “normais”, como “relações ótimas” para a vida associada, fundamentam *normas de conduta* instituídas como critérios de “normalidade”, ou “pré-requisitos funcionais” para a existência da sociedade. A conduta ajustada aos parâmetros formalizados é “normal” ou “natural” e a conduta desviante dos parâmetros formalizados – que definem a “expectativa normativa” – é “anormal” ou “antinatural”, desencadeando o sistema de recompensa/punição, como mecanismo de controle das tendências “egoístas e anárquicas” da “natureza humana”. Nesse esquema, o controle social promovido pela tecnocracia estatal realiza uma tarefa “neutra” mediante normas institucionalizadas como critérios do “normal” e do “patológico”, legitimadas pelo “consenso normativo”, maximizando aspectos positivos pela recompensa e minimizando aspectos negativos pela punição. A ordem social é uma situação de “equilíbrio” dentro da qual o crime indica “conflito” e “desorganização”: ao nível social, “conflito cultural/desorganização social”; ao nível da personalidade, “conflito pessoal/desorganização da personalidade.”²

No entanto, Juarez Cirino dos Santos reflete que “na verdade, a querela positivista sobre conceito de crime é uma disputa doméstica em torno da *efetividade*, da *amplitude* e da

¹ SANTOS, op. cit., p. 54.

² *ibid.*, p. 54.

precisão do controle social, porque não transcende os limites da ideologia dominante.”¹ A

realidade é, porém, observada por esta definição *legal* de crime:

A definição legal de crime (em geral, ligada a Paul Tappan) se desdobra em um critério legal-procedimental: crime é definido pela lei criminal editada pelo Estado; criminoso é o indivíduo condenado pela justiça criminal em processo regular. As estatísticas criminais constituem amostras representativas da população total de criminosos – a “maior aproximação possível” da taxa de “criminalidade real” – e réus “condenados” constituem os únicos indivíduos que podem ser considerados criminosos: nessa ótica, são criminosos réus condenados indevidamente, e não são criminosos réus não julgados e autores de crimes não identificados, ignorados etc.²

De fato, que diante das estatísticas criminais oficiais – produtos da luta de classes na sociedade capitalista segundo Juarez Cirino dos Santos³ -, não há, na realidade, como descrever todos os crimes praticados. Tal evidência torna a *limpeza* uma panacéia, mesmo psicologicamente existente em cada ser *cultutalizado*, é de fato, até agora pela tecnologia existente, tarefa impossível de ser realizada pelo *corpo social* através do Poder repressor ou operante da *limpeza*. A aparência de um *corpo social* “limpo” manifestado como *vantagem mental* é, sem sombra de dúvidas, um produto lançado pelo ideal narcísico para todos na forma de estatísticas do crime. Juarez Cirino dos Santos enfrenta o problema e o analisa:

A insistência de teóricos liberais e conservadores sobre estatísticas, como indicação da extensão do crime na sociedade, ou de criminosos condenados são a maior aproximação possível da quantidade real de violadores da lei, decorre da explicação da criminalidade por fatores *pessoais* (biológicos, genéticos, psicológicos etc.) ou *sociais* (ambiente, família, educação etc.), que seriam responsáveis pela super-representação das classes dominadas e pela sub-representação das classes dominantes nas estatísticas criminais. Mas a confiabilidade das “evidências” (no

¹ SANTOS, op. cit., p. 54-55.

² *ibid.*, p. 55.

³ *ibid.*, p. 13.

caso, o *dado* estatístico) e a validade das teorias da criminologia tradicional são destruídas pela relatividade do crime e pelas chamadas cifras *negra* e *dourada* da criminalidade: o crime varia conforme o tipo de sociedade e o estágio de desenvolvimento tecnológico, o que significa ausência de crimes naturais e identidade entre criminosos e não-criminosos, exceto pela condenação criminal: a *cifra negra* representa a diferença entre a *aparência* (conhecimento oficial) e a *realidade* (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados (por desinteresse da polícia, nos crimes sem vítima, ou por interesse da polícia, sob pressão do poder econômico e político), além de limitações técnicas e materiais dos órgãos de controle social. Na verdade, a cifra negra afeta toda a criminalidade, desde os crimes sexuais, cujos registros não excedem a taxa de 1% da incidência real, até o homicídio, freqüentemente disfarçado sob rubricas de “desaparecimentos”, “suicídios”, “acidentes” etc. (Aniyar, 1977, p. 80-83); por outro lado, a *cifra dourada* representa a criminalidade do “colarinho branco”, definida como práticas anti-sociais impunes do poder político e econômico (a nível nacional e internacional), em prejuízo da coletividade e dos cidadãos e em proveito das oligarquias econômico-financeiras (Versele, 1980, p. 10 e ss.): os caracteres sociais do sujeito ativo (portador de alto *status* sócio econômico) e a modalidade de execução do crime (no exercício de atividade econômico-empresariais ou político-administrativas), conjugados às complexidades legais, às cumplicidades oficiais e à atuação de tribunais especiais, explicam a imunidade processual e a inexistência de estigmatização dos autores (Aniyar, 1977, p. 92-92).¹

Desta forma, parece de difícil solução e até mesmo impossível distinguir quem é o *excremento do corpo social*. Pois, incorporando o ideal dominante, psicologicamente, o *excremento* já, devidamente, separou-se do *corpo* que clama pela *limpeza* nos seus mais diversos sentidos. Necessita-se, assim uma operacionalização do sistema punitivo em prol de, a qualquer custo, dar uma resposta social ao *clamor público* instigado pela própria mídia capitalista, voltado aos *crimes patrimoniais* e aos *crimes sem vítima* que afrontam o ideal fora da disciplina da força de trabalho em adequação aos processos produtivos. Aqui, a efetividade não corresponde à justiça. Muitos são punidos injustamente, somente para dar uma resposta oportuna e tempestiva à prática de determinados crimes, é preciso, desta forma, a *expição*

¹ SANTOS, op. cit., p. 12-13.

para a conveniência do ideal dominante, tendo sido, em muitos casos, a resposta aos *culturalizados* fervorosos pelos seus instintos destrutivos e sedentos por uma *vantagem mental aparente* – a *expição* do estrangeiro – com o propósito de aliviar as angústias internas (dentro do círculo ideológico narcisista). Tudo para que se tenha plenitude nos produtos consumidos ao *corpo* individual de cada participante do ideal.

Contudo, esta exigência do ideal dominante – *limpeza do corpo social* - torna-se uma percepção aparente da realidade, que é fruto de um sentimento que exprime oposições maniqueístas de bem/mal, certo/errado, direito/crime, sujo/limpo.

Note-se, assim, que os “*excrementos*” – não os considero particularmente nesta denominação pejorativa – estão por todos os lados e não se separam do *corpo social*, e de certa forma estão sanados pelos próprios *crimes patrimoniais* que cometeram, pois, evidentemente conquistou de outra forma não convencional – *ordem* não internalizada – uma compensação econômica pela privação da satisfação de seus instintos. Em consequência, quando os *criminosos* não são julgados ou não são identificados e muito menos perquiridos pelo sistema penal, não aparecem nas estatísticas oficiais e dificilmente serão porque já estará ressocializados, devido uma compensação – “ilegal” – também já efetiva. Podemos, entretanto, questionar, se na realidade uma *limpeza*, como *vantagem mental* em contraposição aos crimes patrimoniais e outros é primordialmente necessária, antes mesmo de se pensar na devida compensação econômica pela privação da satisfação dos instintos?

Neste contexto, a *limpeza* é operacionalizada, muitas vezes, pelo próprio *excremento* – que aqui o denominamos como empresas, grupos, instituições e órgão do poder que não realizam as devidas compensações pela privação da satisfação dos instintos.

3 O MECANISMO OPERACIONAL CONTRATUAL IDEALIZADO

O ideal da classe dominante, sempre mutante às inovações do mercado, reina absoluto neste processo dinâmico, de tal forma, que eleva a abstração do Poder, diante da soma de todas as *vantagens mentais* produzidas por vários instrumentos do sistema vigilante e punitivo. Transforma, assim, o Estado num imenso produto a ser adquirido, absorvido, internalizado. Dá ao Estado um caráter garantidor do poder consumerista, às vezes, a manifestação do próprio poder.

Sob o aspecto garantidor, o Estado fornece grande parcela das *vantagens mentais aparentes*, ou, de certa forma, fomentada por este. Entre elas: “segurança pública”, “liberdade de ir e vir”, “efetividade do sistema penal” etc. Entretanto, não há, por parte do mesmo, uma devida efetividade na compensação econômica pela privação dos instintos humanos dos componentes administrados. Assim, a missão deste ente, incorporado pelo Poder, é reagir contra a satisfação de instintos humanos poderosos e insurgentes – impregnados e transmitidos pelos genes humanos num processo evolutivo advindo de milhões de anos –, sendo que, por outro lado, a civilização surge e subsiste em tempo pouco expressivo diante da existência humana no planeta.

Assim, fez-se necessário, no transcorrer da civilização humana e em prol da *cultura defeituosa*, construir um ente personalizado - apesar da abstração fática - garantidor das

vantagens mentais distribuídas, nos moldes do ideal narcísico e consumerista. Talvez, à época – século XVIII – com a ascensão da burguesia e à futura industrialização do século subsequente, já se idealizava o novo molde capitalista. Surgiram as teses contratuais, que de fato muito à frente de seu tempo, impregnado das idéias reais de que o Estado – produto – é o prestador e/ou garantidor das *vantagens mentais aparentes* dos despossuídos e das riquezas adquiridas da classe dominante, tudo em troca da privação da satisfação dos instintos.

Contudo, o efeito *contratual* manifestou-se, até o momento, a clara materialização do Poder – que veremos adiante – e em consequência contraria a própria natureza humana, que, na maioria das vezes, não nega aos instintos de sobrevivência adquiridos geneticamente num processo temporal milenar, senão de milhões de anos, que se iniciou pelo sucesso na existência de nossos primitivos antepassados. Porém, o mecanismo operacional *legitimado* pela externalização *contratual* – materialização do ideal narcísico – funciona, de certa forma, a privar, generalizadamente, instintos humanos aguçados pela propaganda de toda riqueza existente. E toda privação sem a devida compensação gera uma forma explícita de violência legal institucionalizada, voltada, é claro, para aqueles que não possuem condições econômicas em adquirir as riquezas propagadas – o miserável componente da classe oprimida que deveria, em muitas vezes, ser compensado pelo seu árduo sacrifício.

Parece-nos, aliás, que o argumento *contratual* permanece fragilizado à sua real pretensão: desenvolver convenções e materializá-las – sob a forma de um aparente Estado de

Direito – tendo em vista, e sua generalidade, em não viabilizar a sobrevivência de todos os humanos existentes, mas à sobrevivência dos detentores do capital e dos que consomem *legalmente*, ainda que pouco, pois só através deste a produção da riqueza é possível. Daqueles emanam os ideais narcísicos, consumindo e fazendo-se consumir freneticamente todas as riquezas finitas de nosso ambiente.

Porém, existe realmente uma lacuna no argumento *contratual* – que pousa sobre a distribuição de *vantagens mentais* – pois, é sabido que antes da história da civilização já existia a espécie humana e de fato ao longo do tempo sua sobrevivência foi garantida pelas satisfações dos instintos. Nas condições primitivas, o homem buscava a felicidade – como forma de satisfação dos instintos, principalmente sexuais – regada pela natureza que o circundava – muito embora o homem primitivo ficasse a mercê da existência de outro homem mais forte que viesse a confrontá-lo. Na corrente civilização *contratual*, o Poder institucionalizado da classe dominante faz “às vezes” do homem mais forte da época primitiva, e assim lhe incorpora dando fim para privar a classe oprimida da satisfação de seus instintos, muito mais do que na era primitiva. Neste sentido, atualmente, os homens mais fracos – no campo econômico – são infelizes, pois não realizam suas mais básicas necessidades em prol da própria existência e de sua prole.

O mesmo argumento *contratual* parece-nos também um pouco ineficiente diante da felicidade geral, porque a garantia de não sofrimento para cada indivíduo não pode, assim, ser

possível em realizar. Do modo que o mecanismo operacional serve para trazer sofrimento como causador da privação para grande parte dos indivíduos – da classe oprimida – em prol da “alteridade” ostentadora das riquezas disponíveis. Neste sentido, Sigmund Freud avalia a fonte social de sofrimento:

Quanto à terceira fonte, a fonte social de sofrimento, nossa atitude é diferente. Não admitimos de modo algum; não podemos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós. Contudo, quando consideramos o quanto fomos malsucedidos exatamente nesse campo de prevenção do sofrimento, surge em nós a suspeita de que também aqui é possível fazer, por trás desse fato, uma parcela de natureza incontestável – dessa vez, uma parcela de nossa própria constituição psíquica.

Quando começamos a considerar essa possibilidade, deparamo-nos com um argumento tão espantoso, que temos de nos demorar nele. Esse argumento sustenta que o que chamamos de nossa civilização é em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas. Chamo esse argumento de espantoso porque, seja qual for a maneira por que possamos definir o conceito de civilização, constitui fato incontroverso que todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças oriundas das fontes de sofrimento, fazem parte dessa mesma civilização.

Como foi que tantas pessoas vieram a assumir essa estranha atitude de hostilidade para com a civilização? Acredito que seu fundamento consistiu numa longa e duradoura insatisfação com o estado de civilização então existente e que, nessa base, se construiu uma condenação dela, ocasionada por certos acontecimentos históricos específicos. Penso saber quais foram a última e a penúltima dessas ocasiões. Não sou suficientemente erudito para fazer remontar a origem de sua cadeia o mais distante possível na história da espécie humana, mas um fator desse tipo, hostil à civilização, já devia estar em ação na vitória do cristianismo sobre as religiões pagãs, de uma vez que se achava intimamente relacionado à baixa estima dada à vida terrena pela doutrina cristã. A penúltima dessas ocasiões se instaurou quando o progresso das viagens de descobrimento conduziu ao contacto com povos e raças primitivos. Em consequência de uma observação insuficiente e de uma visão equivocada de seus hábitos e costumes, eles apareceram aos europeus como se levassem uma vida simples e feliz, com poucas necessidades, um tipo de vida inatingível por seus visitantes com sua civilização superior. A experiência posterior corrigiu alguns desses julgamentos. Em muitos casos, os observadores haviam erroneamente atribuído à ausência de exigências culturais complicadas o que de fato era devido à generosidade da natureza e à facilidade com que as principais necessidades humanas eram satisfeitas. A última ocasião nos é especialmente familiar. Surgiu quando as pessoas tornaram conhecimento do mecanismo das

neuroses, que ameaçavam solapar a pequena parcela de felicidade desfrutada pelos homens civilizados. Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais, inferindo-se disso que a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno a possibilidades de felicidade.¹

Neste entendimento, a felicidade geral, na amplitude esperada para a sociedade, está longe de ser concebida, mas o fenômeno *contratual* não lhe gera senão em circunstâncias que se faça uma equivalente distribuição de riqueza em face da privação da satisfação dos instintos. Entretanto, não há, até então, uma nítida correspondência ente privação e distribuição de riqueza disponível. A sensibilidade nos leva a outra diversa e existente correspondência: a privação em face da distribuição de *vantagens mentais* – em sua maioria, sem ter efetivamente o caráter pecuniário.

De certa forma, não há como negar que o mecanismo *contratual* logrou êxito na civilização moderna, após a intensidade dos abusos do poder despótico do monarca. Porém, o resultado da experiência *contratual* nos trouxe, até a atualidade, à materialização ou materialidade do Poder ditada pela classe dominante, como forma de sua expressão de vontade e contribuindo, vez em outra, para a satisfação dos demais face às *vantagens mentais aparentes* – fruto da ideologia narcísica. A seguir demonstraremos algumas formas de manifestação do Poder pela sua materialização congruente ao ideal dominante.

¹ FREUD, op. cit., p. 93-94.

3.1 O DIREITO PENAL

Antes de analisar diretamente o Direito Penal como forma de manifestação do Poder dominante, o Direito positivado em todos os ramos são formas idealizadas e materializadas. Consistem em institutos legais elaborados, codificados, positivados na legislação do Estado. Tais direitos que emanam do, por assim dizer, “povo” são realmente constituídos por grupos economicamente afins que se unem e que se fazem representar (no Poder) possuem, assim, muito mais chance de verem seus interesses satisfeitos. Em contrapartida, os mesmos representantes do Poder, concretizam, também, a legalidade junto às *vantagens mentais aparentes*, mesmo que tais versões normativas sejam consideradas “inatas”. Embora alguns entendam que o inatismo de normas existentes que corroboram a uma compensação econômica, em face de privação da satisfação de instintos, nada mais é do que “a versão normativa de invariáveis exigências axiológicas”.¹ Parece-nos, aqui, conveniente analisar que a inatividade de algumas normas favoráveis a uma compensação econômica é inoperante diante da tamanha força expressiva do Poder capitalista e pela difusão de seu ideal narcísico. Os grandes exemplos disso geralmente não saem do papel, e é o que será narrado na seqüência.

A atual Constituição Federal, no inciso terceiro do artigo terceiro, diz o seguinte:

¹ REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5ª edição, Saraiva: São Paulo, 1994. p. 109.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

(...).

Outro exemplo de inatividade normativa, embora sob aspecto de direitos fundamentais, é o ordenamento que vela os direitos do preso não atingidos pela pena, descrito no artigo trigésimo oitavo do Código Penal Brasileiro que diz o seguinte:

Art. 38. O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral. (*Redação dada pela Lei nº 7.209/84*)

Portanto, há inúmeras normas inoperantes em nossa legislação, tanto em face da inoperância da compensação econômica quanto à inobservância aos direitos fundamentais, este último ligado, na maioria das vezes, à matéria penal. Vê-se, também, inoperância normativa em face da impunidade dos *criminosos privilegiados*, como já vimos anteriormente.¹

É claro, que o vetor primordial ante a inatividade legal surge do próprio mecanismo operacional maculado pelo ideal narcísico, que atualmente utilizar-se de várias versões *contratuais Rousseauianas* a fim de explicar filosófico-científica a *cultura defeituosa* voltada à destruição do miserável em prol do capital.

Vamos, agora, nos ater ao âmbito de atuação do Direito Penal como forma de

¹ os *crimes privilegiados* ou de “colarinho branco” sem a rigorosidade dos crimes dirigidos à classe oprimida, e, em muitas vezes, sem o interesse de persecução do sistema penal vigente (capítulo 2.1).

legitimação ideológica do Poder, visto sob o ponto de vista funcionalista.

Neste sentido, Claus Roxin afirma que a função do Direito Penal tem por finalidade a proteção de bens jurídicos, assim conclui:

(...) a proteção de bens jurídicos não só governa a tarefa político-criminal do Direito penal, mas também a sistemática da teoria do injusto. O Direito penal protege, no marco do alcance de seus tipos penais, os bens jurídicos frente aos riscos não permitidos.¹

Realmente, não há como se negar que o Direito Penal protege bens jurídicos, mas a questão primordial é definir quais bens jurídicos estão diretamente afetados pelo ideal narcísico? De fato, trabalhar em prol deste ideal é assumir uma postura *etiológica*, pois o argumento funcional não explica à órbita da atuação do Direito Penal, um estudo do sistema punitivo “como *sistema dinâmico de funções* do modo capitalista de produção, negando o mito do direito penal igualitário”.² Quando não se favorece a compensação econômica pela privação da satisfação dos instintos, e quando não se observa os direitos fundamentais da pessoa humana e do preso miserável, também quando a norma figura-se pela inatividade frente aos *criminosos privilegiados*, tal inatividade normativa parece-nos como um *bem jurídico* tutelado pela classe dominadora dos meios de produção.

Contudo, não negligenciando a idéia de que o Direito Penal protege bens jurídicos eleitos, voltamos à análise de Roxin que assim descreve o conceito de *bem jurídico*:

¹ ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do Direito Penal**. Organização e tradução: André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli, Livraria Do Advogado: Porto Alegre, 2006, p. 61.

² SANTOS, op. cit., p. 44.

De tudo isto resulta: em um Estado democrático de Direito, modelo teórico de Estado que eu tomo por base, as normas jurídico-penais devem perseguir somente o objetivo de assegurar aos cidadãos uma coexistência pacífica e livre, sob a garantia de todos os direitos humanos. Por isso, o Estado deve garantir, com os instrumentos jurídico-penais, não somente as condições individuais necessárias para uma coexistência semelhante (isto é, a proteção da vida e do corpo, da liberdade de atuação voluntária, da propriedade etc.), mas também as instituições estatais adequadas para este fim (uma administração de justiça eficiente, um sistema monetário e de impostos saudáveis, uma administração livre de corrupção etc.), sempre e quando isto não se possa alcançar de outra forma melhor.

Todos estes objetivos legítimos de proteção das normas que subjazem a estas condições eu os denomino bens jurídicos. Eles não são elementos portadores de sentido como freqüentemente se supõe – se eles o fossem, não poderiam ser lesionados de nenhum modo –, mas circunstâncias reais dadas: a vida, a integridade corporal ou o poder de disposição sobre os bens materiais (propriedade). Então não é necessário que os bens jurídicos possuam realidade material; a possibilidade de disposição sobre coisas que a propriedade garante ou a liberdade de atuação voluntária que se protege com a proibição da coação não são objetos corporais; entretanto, são parte integrante da realidade empírica. Também os direitos fundamentais e humanos, como o livre desenvolvimento da personalidade, a liberdade de opinião ou religiosa, também são bens jurídicos. Seu desconhecimento prejudica verdadeiramente a vida na sociedade. De forma correspondente com o anterior, embora as instituições estatais como a administração da justiça ou o sistema monetário ou outros bens jurídicos de todos tampouco são objetos corporais, mas são realidades vitais cuja diminuição prejudica, de forma duradoura, a capacidade de rendimento da sociedade e a vida dos cidadãos.

Sobre a base das reflexões anteriores, podem-se definir os bens jurídicos como circunstâncias reais dadas ou finalidades necessárias para uma vida segura e livre, que garanta todos os direitos humanos e civis de cada um na sociedade ou para o funcionamento de um sistema estatal que se baseia nestes objetivos. A diferença entre realidades e finalidades indica aqui que os bens jurídicos não necessariamente são fixados ao legislador com a anterioridade, como é o caso, por exemplo, da vida humana, mas que eles também possam ser criados por ele, como é o caso das pretensões no âmbito do Direito Tributário.

(...)

O conceito de bem jurídico que aqui se defende é também um conceito de bem jurídico crítico com a legislação, na medida em que se pretende mostrar ao legislador as fronteiras de uma punição legítima. Ele se diferencia do assim denominado conceito metódico de bem jurídico, segundo o qual como bem jurídico unicamente se deve entender o fim das normas, a *ratio legis*. Este conceito de bem jurídico deve ser rechaçado, pois não aponta nada que vá mais além do reconhecido princípio de interpretação teleológica.¹

¹ ROXIN, op. cit., p. 17-19.

Assim, nos parece, segundo a idéia de Roxin, que informar que o Direito Penal protege bens jurídicos é adentrar num círculo vicioso. Quando o autor justifica-se na idéia que não há necessidade de que os bens jurídicos possuam realidade material, mas são partes integrantes da realidade empírica, é definir bens jurídicos na abrangência, segundo nossa concepção, que em sua maior parte possam ser *vantagens mentais aparentes* criadas pelo ideal narcísico a fim de não suportar uma real compensação econômica – material – pela privação da satisfação dos instintos.

Portanto não nos parece de fácil compreensão coibir o legislador infectado pelo ideal narcísico, sendo aquele um adepto de uma cultura capitalista na tendência do espírito individualista. Podem sim, como forma de gratuidade legislativa, tipificar normas inatas – como aquelas descritas anteriormente – mas prejudicadas pela força de *vantagens mentais* contrárias ao próprio dispositivo legal.

Além do mais, para se resguardar da real ilegalidade manifesta – diante da inatividade de normas – o próprio legislador, famigerado pela produção – industrializada – de leis, se vê impelido, habitualmente, na busca de edição de mais normas (matérias e processuais) contraditórias, ambíguas, obscuras, omissas para outras normas já editadas. Assim, surgem os doutrinadores “de plantão” – também infectados ao ideal narcísico – e ao final, muitas vezes, fica ao cargo do poder judiciário à melhor interpretação do conflito entre normas ou do próprio entendimento de normas incompletas, dependendo de seu grau de omissão,

ambigüidade e obscuridade.

Neste sentido, há fundamentação legal para tudo e, em consequência, para casos idênticos podem surgir decisões diversas sem se abster do aspecto legal. Com efeito, dá ao magistrado várias opções “em decidir à causa” dentro da legalidade, manifestando-se, assim, segundo o seu próprio ideal – na maioria delas segundo o ideal narcísico, como se fosse uma praga generalizada, que a nosso ver já está sendo compelida pela força da natureza, como um “mal” combatido pelas forças naturais deste planeta.

Voltando à norma penal, como uma forma de expressão do mecanismo operacional contratual, não se furtando a demonstração da corrente funcionalista atual, há também a concepção de *Jakobs*, que assim entende:

(...) observa, desde um princípio, que a função do Direito Penal é a confirmação da vigência da norma, e não a proteção de bens jurídicos. O fato punível é a negação da norma pelo auto, e a pena tem como significado que “a afirmação do autor não é determinante e que a norma segue vigendo inalteradamente”. Partindo desta perspectiva, não é necessário ocupar-se mais sobre o conceito de bem jurídico.¹

Segundo *Jakobs*, nos parece difícil admitir que o Direito Penal por si só, como se fosse uma entidade extraterrestre, tem a função de reger pela sua afirmação, por absoluto, a conduta dos seres humanos.

Contudo, nos parece mais coerente prosseguir à conclusão numa postura *finalista* da conduta humana para conceber qual a real função do Direito Penal, que hoje é efetivo na

¹ ROXIN, op. cit., p. 15.

posição de opressão dos miseráveis. A finalidade geral e abrangente conduz ao consumo da produção no modo capitalista, gerando riquezas aos detentores do capital, mas para a efetividade deste modelo o ideal dominante atua ferozmente – estigmatizando quem está fora da relação de consumo e quem se insurge com a privação.

O ideal, neste sentido, concentra-se no processo de criminalização manifestando todo o aparato punitivo: de produção de mais normas tipificadoras de conduta e de aplicação – processual e do sistema penal em prol da execução das penas criminais. Criando-se tudo no entorno das *vantagens mentais aparentes* como fonte legitimadora, como queiram – bens jurídicos.

Entretanto, Juarez Cirino dos Santos nos mostram uma posição diversa da postura funcionalista, que assim analisa:

A produção de normas penais promove uma simultânea *seleção* de tipos legais e de indivíduos estigmatizáveis: a estrutura de interesses protegidos (elites de poder econômico e político) e as condutas ofensivas desses interesses pré-selecionam os sujeitos estigmatizáveis. Assim, o caráter “fragmentário” do direito penal, definido pela idoneidade técnica de certas matérias (e não outras) para a incriminação, oculta a proteção de interesses de classes e grupos sociais de poder econômico e político (e a imunização processual de sujeitos dessas classes, ou ligados, funcionalmente, à acumulação do capital) e a criminalização de comportamentos típicos das classes e grupos sociais subalternos, especialmente os marginalizados do mercado de trabalho. Esse mecanismo não se limita à seleção de tipos legais de comportamentos proibidos, mas inclui variações na natureza e intensidade da punição: máximo rigor para comportamentos característicos das massas marginalizadas do mercado de trabalho e de consumo (especialmente em ações contrárias às relações de produção) e ausência de rigor para comportamentos característicos da elite de poder econômico e político (especialmente em ações ligadas funcionalmente à estrutura das relações de produção), como a criminalidade econômica ou financeira, por exemplo (Baratta, 1978, p. 9-11).

A pesquisa histórica mostra que a aplicação das normas criminais depende da posição de classe do acusado, uma *variável independente* que minimiza ou cancela

princípios de hermenêutica ou de dogmática jurídica, instituindo um autêntico *direito penal do autor*, indivíduos pertencentes aos grupos marginalizados do mercado de trabalho reúnem as maiores probabilidades de criminalização; por outro lado, a posição precária no mercado de trabalho (subocupação, mão-de-obra desqualificada etc.) ou defeitos de socialização ou de escolarização, constituem *variáveis intervenientes* no processo de criminalização (Baratta, 1978, p. 11-12).¹

Parece-nos, na concepção de bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal, que estes conduzem para satisfação de *vantagens mentais aparentes*, tendo por finalidade acautelar os ânimos que realmente elevam a condição humana – seus instintos. Juarez Cirino dos Santos, neste sentido, adverte sobre a dimensão ideológica da proteção de bens jurídicos:

A conseqüência política da crítica da Criminologia Radical é a negação do mito do direito penal igualitário, na sua dupla dimensão ideológica: a *proteção geral* de bens e interesses existe, realmente, como *proteção parcial*, que privilegia os interesses estruturais das classes dominantes; a *igualdade legal*, no sentido de igual posição em face da lei, ou de iguais chances de criminalização, existe, realmente, como *desigualdade penal*: os processos de criminalização dependem da posição social do autor e independem da gravidade do crime ou do dano social (Baratta, 1978, p. 10).²

Assim, devemos ter a sensibilidade em reconhecer que o Direito Penal é atual instituto opressor daqueles que se insurgem ao ideal narcísico. É uma das formas mais abrangentes de expressão do mecanismo operacional *contratual*.

Acontece que a realidade jurídica não é só norma, mas também *valor* (próprio ideal narcísico) e *fato* que veremos a seguir como realidade de controle social (sociedade disciplinada – soma das *vantagens mentais aparentes*).

¹ SANTOS, op. cit., p. 45-46.

² *ibid.*, p. 46-47.

3.2 A DISCIPLINA INSTITUCIONALIZADA

A sintonia ao prestígio do ideal dominante não encontraria êxito se a classe dominada não fosse regida pelo *fato* – como forma de materialização do mecanismo operacional *contratual* – disciplinado na conduta humana. Tal contribui para uma realidade convencionada, ao qual preferimos denominá-la no geral como *cultura defeituosa* da atual *civilização*. Mas, de que forma podemos aceitá-la como coerente à viabilidade de futura existência humana?

Todavia, condenar mais miseráveis equivale dizer: produzir mais e, com efeito, consumir mais os produtos materiais finitos e as *vantagens mentais* oferecidas pelo ideal narcísico, e em conseqüência, destruir-se-á nossas reservas ambientais e o próprio ambiente que nos circundam. Tornando-se à existência humana futura um prognóstico incerto e pouco provável.

A gênese de uma dinâmica sociedade consumista advém de superestruturas voltadas à disciplina do homem. Entendemos como tais, as entidades como escolas, fábricas, comércio, família, prisões etc. Contudo, a nova tecnologia da informação – manifestadora do ideal – transforma a natureza existencial destes entes em *vantagens mentais* a serem alcançadas. Como exemplo, nas escolas, fábricas e no comércio se enaltece a competição entre pessoas “capazes” tendo como prêmio *vantagens mentais*, primeira delas: a *vantagem* de ser o “melhor” na disputa, e segunda: a *vantagem* de receber um lugar almejado pelos demais. Muito embora, nenhuma destas conduza a uma direta compensação econômica. Outro

exemplo, no comércio: construídas inúmeras e modernas edificações físicas, tornado-as confortáveis, individualizadas e de fácil acesso – *vantagens mentais* –, voltadas exclusivamente para uma disciplina de consumo. Entretanto, existem muitos outros exemplos voltados à robustez ideológica nestes entes.

Bem, a operação da *disciplina* como instrumento de formação do *fato* é gerida por organizações privadas ou não, que compõe os entes, já citados, e operam através da vigilância:

A *vigilância* opera por dispositivos que obrigam pelo olhar, com a completa visibilidade dos submetidos: nas fábricas ou prisões, controla o processo de trabalho e o comportamento dos homens, verifica o conhecimento, o esforço etc., através de fiscais, fiscalizados por outros fiscais. A *sanção* pressupõe uma ordem artificial (leis, programas e regulamentos) como uma “micropenalidade” fundada no tempo (atrasos, ausência etc.), na atividade (desatenção), na maneira de ser (desobediência ou grosseria) e na sensualidade (indecência), visando reduzir *desvios* mediante um sistema duplo: de punição (degradação) e de recompensa (promoção). O *exame* conjuga técnicas de vigilância com técnica de sanção em um ritual de controle ou tecnologia de dominação, em que relações de poder constituem um tipo de saber adequado à sua existência e reprodução (Foucault, 1977, p. 153-71).¹

Assim, toda vigilância pressupõe uma *disciplina* voltada a uma “micropenalidade”. A vigilância estabelece o nível da privação dos instintos humanos, e a sanção geral (micropenalidade) estabelece o início do processo de estigmatização, preconceitos e rotulação ao indivíduo vigiado. Entretanto, toda vigilância – em consonância ao ideal narcísico – é de certa forma fomentada pelas *vantagens mentais aparentes* dirigidas aos indivíduos componentes da classe oprimida e pela distribuição de riqueza aos componentes da classe

¹ SANTOS, op. cit., p. 78-79.

dominadora. Sendo que, até o próprio “poder” de vigilância constitui uma mera *vantagem mental aparente* – uma forma de *pseudo-riqueza* desejada por muitos.

A articulação disciplinar persegue ao determinismo dos indivíduos dominados para sua *utilidade* no processo produtivo e à *docilidade* no aceite de todas as regras de condutas.

Neste sentido, esclarece Juarez Cirino dos Santos:

A política desses procedimentos disciplinares se apóia em táticas que dissociam a *utilidade do corpo* do *poder pessoal* que o dirige: a alienação da vontade individual é condição de produção do indivíduo “dócil e útil”, como poder tomado para o poder e, assim, “normalizado”. As táticas dessa política de dominação compreendem a *distribuição e controle da atividade*, a *organização das gêneses* e a *composição das forças*.

A *arte das distribuições* consiste no *quadriculamento*, com cada indivíduo em seu lugar e em cada lugar um indivíduo, e na *localização funcional*, mediante articulação das funções em aparelhos coordenados, formando quadros vivos. O *controle da atividade* visa à construção de um “novo corpo”, agora portador de “forças dirigidas”, mediante a programação temporal da atividade em ritmos estabelecidos (horário): o objetivo é produzir a máxima adequação na correlação gesto/corpo e a maior eficácia nas articulações corpo-objeto-máquina. A *organização das gêneses* refere-se ao controle útil do tempo, dividindo a atividade em seqüências de complexidade crescente, finalizadas com provas. A *composição das forças* é a articulação dos corpos em aparelhos eficientes, obedientes a um sistema de comando, com ordens claras e breves (Foucault, 1977, p. 125-52).

Essa é a “tática da disciplina”, segundo Foucault, a técnica de construir aparelhos de eficácia ampliada, com corpos localizados, atividades codificadas e aptidões formadas, agindo como engrenagem subordinada de uma máquina: a coerção permanente e o treinamento progressivo produzem a *docilidade* e a *utilidade* das forças individuais. A disciplina das forças, pela coerção individual e coletiva dos corpos, é o reverso técnico do pacto social: constitui o poder disciplinar como “contra-direito”, oposto à teoria do contrato, que explica as relações de domínio/subordinação da sociedade capitalista (Foucault, 1977, p. 194-99).¹

Assim, a *disciplina* forma a realidade do controle social sobre o aspecto *fático*, impregnada, é claro, pela ideologia narcisista voltada exclusivamente ao consumo. Contudo, a

¹ SANTOS, op. cit., p. 79-80.

vigilância nas freqüentes mudanças da tecnologia na produção não altera a disciplina hierarquizada enaltecidas por *vantagens mentais* – de poder sobre outros – mas regidos por “micropenalidades” com o propósito de *limpeza do corpo social*.

Portanto, parece-nos que toda a subordinação à *disciplina* da classe oprimida revela a separação trabalhador/meios de produção pela dependência salarial – compensação econômica insignificante – e à luta de um espaço no mercado de trabalho – mera *vantagem mental* –, em face do numeroso exército de reserva (fomentado pelo detentor do capital) cuja relação de dependência decorre da circulação da mercadoria e a necessidade do consumo individual de cada disciplinado.

3.3 O PAPEL DOS JUÍZES

Embora quase todos os seres humanos sejam dotados de sentidos e sentimentos que conduzam para uma atividade pela conveniência de seus julgamentos, houve a necessidade de transportar do micro (indivíduo) para o macro (sociedade) o julgamento de incidentes contrários ao ideal, em consequência, o modo de vida no processo civilizatório.

O Poder judiciário através de seus magistrados, assim o faz, julga o caso concreto em face da *norma*, do *fato*, do *valor* (ideal) internalizado. E, com efeito, funciona, na maioria dos casos, como mecanismo operacional do *contrato social*.

Entretanto, suplicam os miseráveis na parcela econômica que lhes compete pela privação da satisfação dos instintos. Mas, infelizmente, tal privação não se manifesta como *fato* explícito aos olhos do julgador. Muitas vezes influenciados pelo ideal narcísico não correspondem, por óbvio, à realidade da natureza humana. Neste contexto analisa Amilton Bueno de Carvalho:

Fatores internos complicadores à decisão

A matéria ora tratada já foi objeto de análise, em parte, em outro texto que produzi: ouso para lá remeter o leitor.

A natureza do trabalho do juiz me parece cruel. Sua atuação é um permanente decidir. E decidir nada mais é do que deferir ou indeferir; dizer sim ou não (a fundamentação é mero discurso de justificação). Quanto mais vezes disser sim ou não, será considerado pelo órgão censor e grande parte dos litigantes como melhor juiz, pouco importando, muitas vezes, se a decisão é justa ou bem fundamentada. O quadro é espetacularmente agravado pela forma com que se dá o desenrolar dos atos processuais: as partes “SUPPLICAM” e o juiz, do alto do poder (real ou imaginário), responde garbosamente: SIM ou NÃO (tudo acompanhado de ato de força: CUMPRA-SE)! E isso acontece centenas, milhares de vezes, durante meses, anos, décadas.

Com estou convencido de que a profissão (o atuar) marca o indivíduo dando-lhe características próprias (não se conhece, de imediato, o sacerdote, o crente, o policial, o presidiário?), pode-se até imaginar um biótipo do juiz que lhe alcança por fatores próprios de função, os quais estão além, muito além (tanto que para ele é imperceptível), da boa ou má-fé.

Assim, se atento, diariamente, dezenas de vezes as “súplicas dos humanos”, isso gera em mim, até inconsciente ou mecanicamente (lembrar o operário de Chaplin, em *Tempos Modernos*), forte dose de prepotência (afinal, se “eu” tenho o poder de dar respostas às súplicas, logo sou divindade...). E a prepotência tem ao seu lado, como causa e/ou consequência, a subserviência dos “suplicantes” (estes delegam a autonomia, pedindo socorro).

E o prepotente, por óbvio, transforma-se num pequeno ditador, onipotente. A capacidade de ouvir, de dialogar desaparece.

Talvez a natureza da função explique porque o juiz, como regra, se transforma em ser frio, distante, só, ao ponto de abdicar (ou ser expelido) do convívio social com vínculo de afetividade (como conviver com aquele que só sabe dizer SIM ou NÃO, ou seja, que só decide?).

Carnelutti percebeu tudo majestosamente ao afirmar que o advogado “habitua-se a suplicar. O que é mais senão um pedir a súplica? A soberba é o verdadeiro obstáculo à suplicação: e a soberba é uma ilusão do poder. Não há nada melhor que advogado

para sanar tal ilusão de potência... o menor dos juízes é aquele que humilha mais”. Todavia, o que quero marcar, para fins do presente trabalho, é a perda da capacidade dialogal: a voz do juiz é a do poder quase teocrático.

Por outro lado, como já procurei demonstrar, a estrutura do Poder Judiciário gera uma espécie de família neurótica. O juiz, em nível de inconsciente, assume perante a comunidade o papel de pai pois, ao atender as súplicas, ele pune, casa, separa, divide bens. Esta relação se reproduz perante o Tribunal que passa a ser o pai do juiz (o pune, promove, elogia): é o que diz sim ou não ao trabalho do juiz (uma espécie de avô da comunidade: um idoso distante).

Acontece que a forma mais sutil que o “juiz-filho” tem para agradar o “Tribunalpai” é aderir ao seu saber, ou seja, repetir o que o “Tribunal-pai” produz. Aí emerge a figura do acrítico (e bajulador) copiador de jurisprudência. Ao fim e ao cabo, isso representa o declinar da independência que deve imperar em toda atuação jurisdicional.

A necessária independência da magistratura, embora analisada sob outro viés, é ressaltada por Dallari: “Longe de ser privilégio para os juízes, a independência da magistratura é necessária para o povo, que precisa de juízes imparciais, para a harmonização pacífica e justa dos conflitos de direito. A rigor, pode-se afirmar que os juízes têm a obrigação de defender sua independência, pois sem esta atividade jurisdicional pode, facilmente, ser reduzida a uma farsa, uma fachada nobre para ocultar do povo a realidade das discriminações e das injustiças” (p.45); “... *É preciso que os juízes queiram ser independentes e trabalhem para isso*” (p. 59).

Também ocorrem fatores do inconsciente que podem influenciar (e certamente isso se dá) nos julgamentos. Em verdade, mecanismos inconscientes podem ser o fundamento real (não-visível) do ato decisório, ocultando-se atrás da visível fundamentação racional. Ou seja, sofrimentos não-resolvidos (ou malresolvidos) do juiz podem ser a razão de determinada decisão: quando julga alguém não está julgando a si mesmo (eu no outro)? Quando determina a prisão de uma idosa não está condenando a própria mãe internalizada?¹

No crime o julgador fundamenta “racionalmente” sua decisão – reprimindo, em muitas vezes, o miserável – segundo o ideal dominante, expressado pela doutrina etiológica e teratológica. No entanto, a maior parte da dogmática penal está voltada à criminologia repressora, pois “a pesquisa criminológica, depende de financiamentos e vinculada a interesses institucionais, transforma o criminólogo, freqüentemente, em técnico *neutro* e

¹ CARVALHO, Amilton Bueno de. **Direito Alternativo em movimento**, 2ª edição, ed. LUAM: Niterói, 1997, p.147-149.

pronto-para-aluguel, um instrumento voluntariamente subserviente”.¹

A ideologia está impregnada nas fundamentações dos juízes singulares, que, em muitas vezes, não expressam sua independência, e sim, repassam o ideal dos Tribunais legitimando assim a atual *política penal oficial*. Juarez Cirino dos Santos analisa:

(...) a legitimação da política oficial perante a opinião pública compreende processos *psicológicos* representados pelas teorias vulgares da criminalidade, pelo estereótipo do criminoso etc. e processos *ideológicos* representados pela ideologia de “lei e ordem”, pelos “mitos” da igualdade legal e da proteção geral, pelos sentimentos de “unidade” na luta contra o “inimigo comum” (crime) etc. Os processos psicológicos e ideológicos da opinião pública, reproduzindo representações da criminalidade subordinada à ideologia da classe dominante, condicionam a tarefa da Criminologia Radical, nessa área: inverter as relações de hegemonias ideológica, no sentido *gramsciano* de dominação e direção, mediante a crítica sistemática das superestruturas de controle, a intensificação da produção científica na perspectiva teórica e ideológica radical e a difusão de informações acessíveis ao consumo público, provendo bases para “discussões de massa” da questão criminal e a superação definitiva do teorismo criticista de intelectuais progressistas através de uma prática social transformadora (Baratta, 1978, p. 18-19).²

Assim, a nosso ver, quando Juarez Cirino dos Santos invoca a uma “prática social transformadora”, entendemos que grande parte dela se dê pela prática jurisdicional de nossos magistrados – em face de seus poderes transformadores. Observando o princípio da “verdade real” em face de uma distribuição de riqueza conveniente a compensação econômica pela privação da satisfação dos instintos. Agora, será que tal independência quebrará os grilhões de uma ilusão dada pelas *vantagens mentais aparentes*? Ou continuarão a prolatar sentenças tornando-as, também, *vantagens mentais aparentes* sem o compromisso com a efetividade

¹ SANTOS, op. cit., p. 16.

² *ibid.*, p. 122-123.

econômica? Tendo tal efetividade um significado de justiça fora dos ditames da ideologia predominante.

4 O PAPEL DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA – NOVAS PERSPECTIVAS

A criminologia crítica, atualmente, quebra os grilhões impostos pela neutralidade dos científicos da criminologia etiológica, e defende, muito além do âmbito ideológico narcisista, uma coerente posição voltada para a natureza humana, sua real necessidade quanto à suficiente compensação econômica pela privação da satisfação dos instintos humanos.

Neste sentido, a Criminologia Radical ensina, segundo o magistério de Juarez Cirino dos Santos:

A política criminal alternativa da Criminologia Radical, como desenvolvimento prático de sua crítica teórica e ideológica, tem por objeto o sistema de justiça criminal (processo de criminalização e sistema carcerário) e a opinião pública, fonte de legitimação ideológica da política penal oficial. A proposta para o processo de criminalização, compreendida com a redução das desigualdades de classe (variáveis determinante da criminalização), segue duas direções: a) uma política de criminalização e de penalização da criminalidade das classes dominantes, como a criminalidade econômico-financeira, o abuso do poder político, a corrupção administrativa, as práticas anti-sociais em áreas da segurança do trabalho, da saúde pública, da ecologia, da economia popular e do patrimônio social e estatal; b) uma política de descriminalização e despenalização da criminalidade das classes dominadas, mediante a contração do sistema punitivo em crimes de bagatela, crimes punidos com detenção ou de ação penal privada, crimes políticos e de opinião, drogas etc., com substituição de sanções estigmatizantes por não-estigmatizantes nos demais casos (Baratta, 1978, p. 15-16; Cirino, 1979, p. 31).

A estratégia da Criminologia Radical para o sistema carcerário é, de fato, radical: abolição da prisão. As funções reais do aparelho penal, de reprodução das condições de produção (separação trabalhador/meios de produção), de garantia da exploração capitalista (relações de produção), com as conseqüências de marginalização social e de desarticulação política da força de trabalho excedente, somado ao fracasso da ideologia penitenciária (controle da criminalidade e correção do criminoso), justificam o objetivo estratégico: a preservação da instituição carcerária só interessa às classes dominantes. Entretanto – além da descriminalização e da despenalização-, o objetivo estratégico de abolição da prisão requer mediações políticas táticas, como a extensão das medidas alternativas da pena e a abertura do cárcere para a sociedade. As formas alternativas da suspensão condicional da pena, do livramento condicional,

dos regimes de liberdade e de semiliberdades etc., são plenamente justificadas como etapas de aproximação do objeto estratégico final. A abertura do cárcere para a sociedade limita as conseqüências de marginalização e desarticulação política promovidas pelo sistema carcerário, possibilitando a reintegração do condenado em sua classe – e, portanto, na sociedade de classes –, pela ação coordenada de associações de presos e de organizações dos trabalhadores, como partidos políticos, sindicatos, comitês de fábrica, associações de bairros etc., transferindo o processo de ressocialização *da* prisão (Estado) *para a* comunidade. Esse desdobramento é a alternativa radical ao “mito” da reeducação penal: **se** o crime é uma resposta pessoal (não política) às condições estruturais adversas, **então** a correção do criminoso pressupõe o desenvolvimento da consciência de classe e sua (re)integração nas lutas coletivas econômicas e políticas da classe trabalhadora e do conjunto das camadas sociais inferiores (Baratta, 1978, p. 17).¹

Quando Juarez Cirino dos Santos analisa que o processo de ressocialização deve ser voltado à iniciativa da comunidade, equivale dizer que necessário se faz uma inversão de valores correspondente à nulidade dos efeitos maléficos do ideal narcísico.

Não parece uma missão fácil, em simples análise, desconverter-se da impregnação ideológica da classe dominante. Porque toda despenalização e descriminalização implica condicionamento para novos valores voltados à essência da natureza humana – distribuição econômica pela privação da satisfação dos instintos. Entretanto, a Criminologia Crítica Radical de Juarez Cirino dos Santos corresponde ao atual trabalho quando aquele faz distinção de “*objetivos ideológicos aparentes* (repressão da criminalidade, controle e redução do crime e ressocialização do criminoso) e *objetivos reais ocultos* do sistema punitivo (reprodução das relações de produção e da massa criminalizada)”.² Pois os *objetivos ideológicos* equivalem às *vantagens mentais* oferecidos pelo ideal narcísico, e os *objetivos*

¹ SANTOS, op. cit., p. 120-122.

² *ibid.*, p. 128.

reais ocultos equivalem à efetividade da distribuição de riqueza disponível entre os detentores do capital, com efeito, marginalizando o oprimido.

Neste sentido, segundo a nova perspectiva, a política criminal expande-se a novos horizontes, amplia-se o rol das causas, diferenciadas do pensamento teratológico de um direito penal do “autor”. Assim, a dispensabilidade de coerção – abolição da prisão –, na medida da privação da satisfação instintual, deve ser condizente para a constituição de um novo *fato* humano na sociedade.

As objeções referentes à dispensabilidade de coerção, analisadas como forma alternativa, congruentes à Criminologia Crítica, conduz para a evolução da civilização, e são tratadas por Sigmund Freud:

Conheço as objeções que serão levantadas contra essas afirmações. Dir-se-á que as características das massas humanas aqui retratadas, a qual se supõe provar que a coerção não pode ser dispensada no trabalho da civilização, constitui, ela própria, apenas um resultado de defeitos nos regulamentos culturais, falhas devido às quais os homens se tornam amargurados, vingativos e inacessíveis. Gerações novas, que forem educadas com bondade, ensinadas a ter uma opinião elevada da razão, e que experimentarem os benefícios da civilização numa idade precoce, terão atitude diferente para com ela. Senti-la-ão como posse sua e estarão prontas, em seu benefício, a efetuar sacrifícios referentes ao trabalho e a satisfação instintual que forem necessários para sua preservação. Estarão aptas a fazê-lo sem coerção e pouco diferirão de seus líderes. Se até agora nenhuma cultura produziu massas humanas de tal qualidade, isso se deve ao fato de nenhuma cultura haver ainda imaginado regulamentos que assim influenciem os homens, particularmente a partir da infância. Pode-se duvidar de que seja de algum modo possível, pelo menos até agora, no presente estágio de nosso controle sobre a natureza, estabelecer regulamentos culturais desse tipo. Pode-se perguntar de onde virão esses líderes superiores, inabaláveis e desinteressados, que deverão atuar como educadores das gerações futuras, e talvez seja alarmante pensar na imensa quantidade de coerção que inevitavelmente será exigida antes de tais intenções possam ser postas em prática. A grandiosidade do plano e sua importância para o futuro da civilização humana não podem ser discutidas. É algo firmemente baseado na descoberta psicológica segundo

a qual o homem se acha aparelhado com as mais variadas disposições instintuais, cujo curso definitivo é determinado pelas experiências da primeira infância. Mas pela mesma razão, as limitações da capacidade de educação do homem estabelecem limites à efetividade de uma transformação desse tipo em sua cultura. Pode-se perguntar-se, e em que grau, seria possível a um ambiente cultural diferente passar sem as duas características das massas humanas que tornam tão difícil a orientação dos assuntos humanos. A experiência ainda não foi feita. Provavelmente uma certa percentagem da humanidade (devido a uma disposição patológica ou a um excesso de força instintual) permanecerá sempre associal; se, porém, fosse viável simplesmente reduzir a uma minoria a maioria que hoje é hostil à civilização, já muito teria sido realizado – talvez tudo o que *pode* ser realizado.¹

Assim, resumidamente, a Criminologia Crítica tem a função de transformar o *fato* humano através de novos *valores* correspondente à suficiente e abundante compensação econômica em face da privação da satisfação dos instintos humanos. Evidenciando o *engano social*, revelado pela distinção entre *vantagens mentais aparentes* aos *objetivos reais ocultos* muito difundidos pela ideologia narcísica.

¹ FREUD, op. cit., p. 18.

CONCLUSÃO

Para não ser redundante quanto ao conteúdo do texto – que por si só explicita um entendimento revolucionário libertador – É importante enfatizar que o processo civilizatório tende a controlar as forças da natureza, extrair riquezas do meio, para a satisfação das necessidades humanas. Contando com o esforço dos homens contemporâneos, em prol da distribuição da mesma riqueza adquirida.

Entretanto, justificamos no presente trabalho a necessidade da compensação econômica em face da privação da satisfação dos instintos humanos à viabilidade de convivência harmônica dos seres humanos em sociedade. Contudo, a Ideologia da privação, representada pelo Poder dominante se expressa como ideologia narcisista, que tem, frequentemente, difundido *recompensas* entendidas como *vantagens mentais* distante do caráter compensatório econômico. Ocultando-se os reais objetivos da classe dominante, isto é, a distribuição da riqueza disponível somente entre os detentores do capital.

Utiliza-se, para tanto, dos instrumentos necessários como mecanismo operacional do fenômeno *contratual* idealizado. Seja pelo Direito Penal – através do entendimento funcionalista – tendo-o como função à garantia de “bens jurídicos” eleitos pela classe dominante, e também garantidor das *vantagens mentais aparentes* – entendidas, também, como “bens jurídicos” tutelados. Constituindo o *fato*, analisamos a *disciplina*

institucionalizada perante o processo produtivo – modo de produção capitalista – formador da ideologia narcísica, que “mantém vivo o instinto destrutivo ao homem moderno”. Pois, volta-se ao apelo social à necessidade da exclusão e expiação ao “inimigo comum” como forma de *limpeza do corpo social*. Neste contexto, exploramos a análise do “papel dos juízes” na formação da realidade fática – que entendemos ser o julgador um ente político, transformador da realidade empírica no processo civilizatório. E, a meu sentir, deve ser isento dos apelos ideológicos – perseguição dos *excluídos* porque não consomem e não atendem à disciplina da força de trabalho – mas para isso é preciso ter coragem, um real engajamento à democracia, longe do sensacionalismo destrutivo de nossos pares infectados pelo ideal narcísico.

Parece, que diante do *valor* – ideal narcísico internalizado –; diante do *fato* – soma das *vantagens mentais aparentes* materializadas pela disciplina institucionalizada difundida pela força de trabalho no modo de produção capitalista; e também diante da *norma* penal, regrado condutas e o sistema penal vigente; O magistrado opera, literalmente, na aplicação destes elementos, um silogismo impregnado pelo ideal destrutivo narcísico. Com efeito, o Direito Penal já é efetivo quanto à marginalização do miserável – representado pelo *excluído* que não internalizou sua privação de instintos em face do pouco compensado, isto é, o pouco representa somente *vantagens mentais aparentes* sem natureza pecuniária. Atinente a prática habitual de um silogismo jurídico, que leva ao julgamento, a realidade jurídica não é só *norma*, mas também *fato* e *valor*. Porém, entendemos que há vários dispositivos

constitucionais – legais –, embora ainda pouco utilizados, que concedem ao juiz certo grau de liberdade para sentenciar contra o *ideal narcísico*.

Em contra partida, existe sim “uma luz no fim do túnel” – A Criminologia Crítica –, representado neste trabalho pela Criminologia Radical do Ilustre Doutor em Direito, professor Juarez Cirino dos Santos, cujo trabalho – *A Criminologia Radical* – mostra novas perspectivas, visando para uma mudança valorativa, fática e, com efeito, normativa consubstanciada por um ideal marxista, justificado pela equidade entre classes sociais, enfrentando a real necessidade humana, isto é, a efetiva compensação econômica em face da privação da satisfação dos instintos – uma nova e coerente política criminal. Fugindo-se do cansativo discurso oficial repressor da efetividade do sistema penal, que se mostra, na realidade, superada pelas conseqüências adversas.

Ademais, o pensamento alternativo da Criminologia Crítica não surta a “experiência jurídica” e sim a complementa, tendentes a uma visão mais abrangente do *fato* humano, suas determinantes. Assim, o que se pode corresponder com o presente trabalho monográfico, a meu ver, que os vários campos da *cultura atual* (criminologia oficial, ética, etc.) estão impregnados do ideal narcísico – objetivando excluir, em busca do “inimigo comum” – necessitando justificar-se pelas *vantagens mentais aparentes*, tão valorizadas pelo ideal, mas sem correspondência com a devida compensação econômica.

Através desta análise, percebemos que a Criminologia Crítica não é unilateral em suas

análises, pois não reduz a “experiência jurídica”, pois não deixa de lado *fato e norma*. E sim, enfrenta o problema de frente. Pois, a meu ver, permanece em constante diálogo e em relação de igualdade aos elementos justificados neste trabalho.

Portanto, é necessário que a dispensabilidade da coerção justificada seja difundida na *cultura* em prol do real significado e à viabilidade da civilização, que segundo Sigmund Freud, resume-se na distribuição da riqueza para satisfação das necessidades humanas. Note-se uma correspondência para a real DEMOCRACIA, pois, a Criminologia Crítica adentra em seu processo, que embora possa ser lento em suas transformações. Mas, o diálogo proposto colabora e torna possível toda transformação.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich, **Risk Societ: towards a new modernity**. London, Sage, 1993.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Direito Alternativo em movimento**, 2ª edição, ed. LUAM: Niterói, 1997.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (promulgada em 5 de outubro de 1988).

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. 30ª edição, Brasiliense: São Paulo, 1989.

FREUD, Sigmund, 1856-1939, **O Futuro de uma Ilusão, O Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**, edição *standard* brasileira, IMAGO, Rio de Janeiro, 1996.

PAIM, Antonio. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 2ª edição, Editora da Universidade de São Paulo e Editorial Grijalbo LTDA: São Paulo, 1974.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 15ª edição, Saraiva: São Paulo, 1993.

_____. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5ª edição, Saraiva: São Paulo, 1994.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do Direito Penal**. Organização e

tradução: André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli, Livraria Do Advogado: Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia Radical**. 2ª edição, ICPC lumen júris: Curitiba, 2006.